

Pedro Lains

Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada*

I

Um dos assuntos mais focados na literatura sobre a economia portuguesa do século XIX é o da influência que teve no ritmo de crescimento económico de Portugal, entre 1850 e 1913, a sua especialização na produção de produtos primários para exportação¹.

Segundo a tese geralmente aceite da «dependência externa» da economia portuguesa, o tipo de especialização das exportações portuguesas teria resultado de uma imposição da Grã-Bretanha, que, na intenção de abrir novos mercados para as suas manufacturas a partir da década de 1840, permitiu a importação de matérias-primas e de produtos alimentares portugueses a troco da adopção em Portugal de uma política livre-cambista. Daqui terá resultado um crescimento excessivo do nosso sector agrícola, em consequência da maior procura para as suas exportações, e a estagnação da indústria nacional, sujeita à concorrência externa. O objectivo principal deste artigo é o de contribuir para a revisão desta tese.

Para os «dependentistas», é na década de 1880 que Portugal começa verdadeiramente a sentir o preço da sua dependência, porque, apesar do crescimento do sector agrícola, «a lentidão quer da propagação técnica, quer da alteração das condições sociais da produção agrícola, redundava na perda dos mercados externos, que países de outros continentes vêm a conquistar:

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Seminário «Historical Problems of Growth and Retardation in Southern Europe: Italy, Portugal and Spain. 1830s-1930s», realizado em Sevilha, em Outubro de 1984.

Gostaria de deixar aqui expressos os meus agradecimentos à Fundação Calouste Gulbenkian pelos diversos apoios financeiros concedidos; ao Centro de Cálculo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, pela utilização dos seus serviços; e ao Instituto de Ciências Sociais, na pessoa do seu director, A. Sedas Nunes, pelo ambiente de trabalho que me proporcionou. A Paulo Pinho devo a possibilidade de tratamento informático das séries estatísticas. Queria também agradecer a M. Pinto Barbosa, Edgar Rocha, Fátima Bonifácio, David Justino, Filomena Mónica e H. Lains e Silva os valiosos comentários que fizeram a versões anteriores deste texto. Finalmente, os meus agradecimentos vão para Jaime Reis, pela forma como me estimulou e aconselhou desde o início do meu trabalho e também como acompanhou toda a elaboração deste artigo. Os erros ou deficiências que persistirem são, no entanto, da minha inteira responsabilidade.

¹ Ver M. Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, 1979, e *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, 1981; M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, 1983; Joel Serrão, «Prefácio», in Joel Serrão e Gabriela Martins (orgs.), *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, 1978; e Sandro Sideri, *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa, 1978.

as condições de produção permitem-lhes vender produções idênticas a um preço inferior ao oferecido por Portugal»².

A perda dos mercados externos não pôde, segundo os mesmos autores, ser compensada pelo mercado interno, porque este se encontrava estagnado em consequência da «desindustrialização» da economia portuguesa, fruto amargo da dependência externa³.

Num artigo recentemente publicado, Jaime Reis põe em causa a tese da dependência, mostrando que Portugal não podia ser considerado um país livre-cambista na segunda metade do século XIX⁴. Lembra também, citando Paul Bairoch, que o peso relativo das exportações no produto nacional seria apenas cerca de 7,5% em 1900. Se admitirmos para o sector agrícola uma proporção dupla (15%)⁵ e se pusermos a hipótese absurda de uma contracção do mercado externo, para este sector, da ordem dos 50%, então a contracção total de mercados para a agricultura seria apenas de 7,5% (15% × 50%), o que não justifica uma situação de «dependência».

Dois recentes artigos de Fátima Bonifácio vieram contribuir para a clarificação da questão da adopção do livre-câmbio em Portugal na década de 1840. No primeiro, através do estudo da correspondência entre o embaixador inglês em Lisboa e o Foreign Office, em Londres, esta autora demonstra que os Ingleses estavam mais interessados (em 1842) na estabilidade política em Portugal do que no restabelecimento da Carta Constitucional de 1826, «documento que formalizava tanto quanto simbolizava a subordina-

² M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio [...]*, pp. 319-320.

³ Apesar de também classificar Portugal como um país dependente, M. V. Cabral não concorda com esta parte da tese defendida por M. H. Pereira e J. Serrão (entre outros). Para aquele autor, a indústria cresceu a passo com a agricultura e a crise sentida na década de 1880 foi resolvida com a aplicação de um modelo de substituição de importações. Significa isto que o mercado interno não teria estagnado ao longo da segunda metade do século XIX. (Ver M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo [...]*, pp. 39-40.)

⁴ Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica, 1860-1913», in *Análise Social*, n.º 80, 1984, pp. 12-13.

⁵ Em 1886, um economista inglês fez uma estimativa para a produção agrícola portuguesa, repartida nas suas principais componentes (cereais, vinho, azeite, frutas, carnes e outros), em quantidade e em valor. Com base nestes dados — reconhecidos por mais de um autor como fidedignos (ver, por exemplo, P. Deane, «Contemporary estimates of national income in the second half of the nineteenth century», in *Economic History Review*, 2.º série, vol. 9, 1956-57) —, calculámos os valores unitários de todos os componentes, os quais aplicámos a estimativas de produção agrícola para outros anos. Admitimos que a parcela residual «outros» se manteve constante, ao nível de 1880 (10%). Os resultados foram os seguintes (para comparação, incluem-se duas estimativas para os anos de 1947-52 elaboradas com maior precisão por outros autores):

Taxa de exportação do sector agrícola português a preços constantes (exportações/produção)

Período	Taxa
(1) 1861/70	9%
(2) 1880	11%
(3) 1898	12%
(4) 1903/12	13%
(5) 1947/50	16%
(6) 1951/52	21%

Fontes: (1) R. Morais Soares, *Relatório da Direcção-Geral do Comércio e Indústria*, Lisboa, 1875; (2) M. G. Mulhall, *Dictionary of Statistics*, Londres, 1886; (3) B. C. Cincinnato da Costa e Luís de Castro (eds.), *Le Portugal au Point de Vue Agricole*, Lisboa, 1900; (4) M. de Azevedo Gomes, *A Situação Económica da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, 1920; (5) e (6) F. Pereira de Moura, L. M. Teixeira Pinto e M. Jacinto Nunes, «Estrutura da economia portuguesa», in *Revista do Centro de Estudos Económicos* (INE), n.º 14, 1954, p. 207.

ção económica e política de Portugal à Inglaterra»⁶. No segundo, a mesma autora escreve:

[...] o que na realidade aconteceu foi que o tratado comercial com a Inglaterra de 1842 nada estipula em matéria de política pautal, limitando-se [...] a remeter a fixação dos direitos alfandegários para uma Convenção Adicional a ser negociada em separado e posteriormente. Estas negociações [...] [vieram] a gorar-se em Abril de 1843 [...] Entretanto, as taxas alfandegárias de 1837 foram revistas e agravadas [em 1841, 1843, 1844 e 1847]⁷.

Se o «preço» da abertura dos mercados externos não foi afinal tão elevado e a importância dos mesmos para o sector agrícola pode ser considerada relativamente marginal, teremos de pôr em causa a tese da dependência externa da economia portuguesa e rever o papel do seu sector exportador.

Neste artigo vai-se argumentar que a economia portuguesa poderia ter beneficiado de um crescimento ainda maior do sector agrícola de exportação ao longo da segunda metade do século XIX e que esse crescimento poderia ter sido sustentado, pelo menos até à primeira guerra mundial, sem se ter verificado a forte retracção a partir de 1886. O argumento baseia-se na constatação de que a procura no mercado mundial de produtos alimentares (incluindo aqueles em que Portugal era especializado ou poderia ser) cresceu de forma satisfatória entre 1850 e 1913 e no pressuposto de que o crescimento do sector agrícola — sobretudo das indústrias de transformação de produtos da agricultura — seria a melhor forma de tirar partido dos recursos da economia portuguesa, tendo em conta a conjuntura da economia mundial das seis décadas até 1913.

Iremos abordar neste trabalho alguns aspectos do sector exportador português, a saber: o grau de dependência entre a evolução das exportações e a evolução da economia mundial (parte II); a evolução desagregada por produtos e por países, no sentido de se averiguar se seria ou não possível uma maior expansão das exportações (parte III); e a evolução da competitividade das exportações portuguesas e as suas determinantes, o que ajudará a responder à questão posta em relação à parte III (parte IV). Por fim (parte V) concluir-se-á com algumas considerações sobre as causas do insucesso relativo das exportações portuguesas no período de 1850-1913.

II

A existência de uma estreita ligação entre o nível de exportação de Portugal e o nível de procura do exterior é, como vimos, um dos fundamentos da tese da «dependência externa». Esta parte do artigo vai tratar de determinar até que ponto essa ligação se verificou entre 1842 e 1913.

⁶ Fátima Bonifácio, «A Inglaterra perante a evolução política portuguesa (1834-42)», in *Análise Social*, n.º 83, 1984, pp. 468-470.

⁷ Ver neste número de *Análise Social*, Fátima Bonifácio, «A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)», pp. 331-367. Agradeço à autora por me ter facultado o texto dactilografado do artigo.

Estas taxas mantiveram-se sempre elevadas ao longo de toda a segunda metade do século XIX (ver Jaime Reis, «O atraso económico [...]», in *op. cit.*, p. 13).

Nos mercados mundiais da segunda metade do século XIX, a procura de alimentos e de matérias-primas relacionava-se, de uma forma geral, com os rendimentos e a produção industrial dos países mais industrializados — Grã-Bretanha, França, Alemanha e EUA —, que formavam o que aqui designaremos por «Centro» da economia mundial⁸. Como Portugal exportava essencialmente produtos daquela natureza (ver quadro n.º 4), podemos inferir do tipo de dependência das suas exportações, em relação à procura internacional, através da comparação das flutuações ocorridas no nível de exportação com as flutuações ocorridas no nível de actividade económica e de produção industrial do Centro. No quadro n.º 1 estão dispostos lado a lado os anos extremos (máximos e mínimos) do valor das exportações nacionais e os dos dois indicadores escolhidos para representar a evolução da procura mundial. Como se pode ver no quadro, estes anos não são geralmente coincidentes, o que revela uma relação muito fraca, ou mesmo inexistente, entre a série portuguesa e as séries do Centro. Houve alguns anos que coincidiram, como por exemplo os mínimos de 1858, 1879 e 1908, mas predominam largamente os anos desfasados. Para além disso, deram-se flutuações nas economias industrializadas a que as exportações portuguesas foram totalmente insensíveis: não se observa no quadro n.º 1 qualquer correspondência das exportações aos máximos do Centro de 1882-83, 1890-91 e 1906-7.

Perante estes resultados, não nos parece que se possa afirmar que as flutuações das exportações portuguesas, ao longo da segunda metade do século XIX e até à primeira guerra mundial, tenham seguido de perto as flutuações observadas nas economias do Centro. Não se confirma, por conseguinte, uma situação de «dependência» em que «o escoamento da produção agrícola [portuguesa] esta[va] estreitamente ligado às flutuações dos mercados externos»⁹. A uma conclusão semelhante se chega, como veremos de seguida, através da comparação entre o sentido das variações nos preços das exportações e o sentido das respectivas variações nas quantidades.

Numa situação em que as exportações variam com as alterações nos níveis de procura externa, isto é, numa situação em que efeitos externos à economia nacional predominam e, portanto, se verifica haver «dependência externa», os preços (internos) das exportações variam no mesmo sentido que as quantidades procuradas. Por exemplo, no caso de a procura externa se contrair — o que implicaria uma deslocação para a esquerda da curva de procura de exportações (D_x) no diagrama I —, os preços terão de baixar se não houver alterações na estrutura da oferta; mas, se esta oferta se alterar, os preços e as quantidades tenderão a variar em sentidos opostos. É o que acontecerá, por hipótese, no caso de um mau ano agrícola: a oferta de produtos da agricultura tenderá a baixar e, se a procura não se alterar de forma a compensar esta redução da oferta, os preços (internos) das exportações terão de subir (esta hipótese seria representada no diagrama II por uma deslocação para a esquerda da curva S_x)¹⁰.

⁸ Ver. W. Arthur Lewis, «World Production, Prices and Trade, 1870-1960», in *The Manchester School of Economic and Social Studies*, vol. 20, Maio de 1952, pp. 111-113, e S. B. Saul, *The Myth of the Great Depression, 1873-1896*, 2.ª ed., Londres, 1985, p. 25.

⁹ M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio [...]*, p. 241.

¹⁰ Ver Richard E. Caves, «Export-led Growth and the New Economic History», in N. J. Bhagwati, R. W. Jones, R. A. Mundell e J. Vanek (eds.), *Trade, Balance of Payments and Growth. Papers in Honour of C. P. Kindleberger*, Amesterdão, 1975, p. 427, e R. E. Lipsey, *Price and quantity trends in the foreign trade of the U.S.*, Princeton, 1963, pp. 62-63.

Exportações portuguesas e economias do Centro: máximos e mínimos (a)

[QUADRO N.º 1]

Exportações de Portugal (valor)	Produção industrial do Centro	Actividade económica de:			
		Grã-Bretanha	França	Alemanha	EUA
m: (1842)					
M: 1850		M: 1845	M: 1846		
m: 1852		m: 1848	m: 1848		
M: 1856		M: 1854	M: 1853	M: 1852	
m: 1858		m: 1858	m: 1858	m: 1858	m: 1858
M: 1866	M: 1866	M: 1866	M: 1867	M: 1863	M: 1863
m: 1867	M: 1871	m: 1868	m: 1868	m: 1866	m: 1867
M: 1875	M: 1872	M: 1873	M: 1873	M: 1872	M: 1873
m: 1879	m: 1877	m: 1879	m: 1879	m: 1879	m: 1879
M: 1886	M: 1882	M: 1883	M: 1882	M: 1882	M: 1882
	m: 1885	m: 1886	m: 1887	m: 1886	m: 1885
	M: 1890	M: 1890	M: 1891	M: 1890	M: 1890
m: 1891	m: 1894	m: 1895	m: 1895	m: 1895	m: 1894
M: 1898	M: 1899	M: 1900	M: 1900	M: 1900	M: 1899
	m: 1900	m: 1904	m: 1904	m: 1905	m: 1904
	M: 1906	M: 1907	M: 1907	M: 1907	M: 1907
m: 1908	m: 1908	m: 1909	m: 1909	m: 1909	m: 1909
M: 1910	M: 1913	M: 1913	M: 1912	M: 1913	M: 1913

M = máximo.
m = mínimo.

(a) Os valores extremos (máximos e mínimos) para as exportações portuguesas foram calculados a partir dos desvios das séries de valor e de volume em relação às suas tendências temporais. Estas tendências foram aproximadas por rectas estimadas pelo método dos mínimos quadrados. Os resultados foram os seguintes:

1a) Período de 1842-1913:

$$\ln VE = 9,178 + 0,0179 t$$

(89,539) (8,173)

$$R^2 = 0,507; DW = 2,222; F = 66,791$$

1b) Período de 1865-1913:

$$\ln VE = 9,407 + 0,0139 t$$

(129,756) (9,978)

$$R^2 = 0,677; DW = 1,860; F = 99,565$$

2) Período de 1842-1913:

$$\ln QE = 8,915 + 0,0221 t$$

(156,689) (18,871)

$$R^2 = 0,886; DW = 1,816; F = 356,100$$

$\ln VE$ e $\ln QE$ são, respectivamente, os logaritmos neperianos das variáveis «valor de exportação» e «quantidade de exportação» e t é a variável «tempo». Dada a forma semilogarítmica das funções, o coeficiente de t é a taxa de crescimento tendencial. Esta taxa situa-se entre 1,39% e 1,79% ao ano para o valor; para o volume das exportações é 2,21% ao ano.

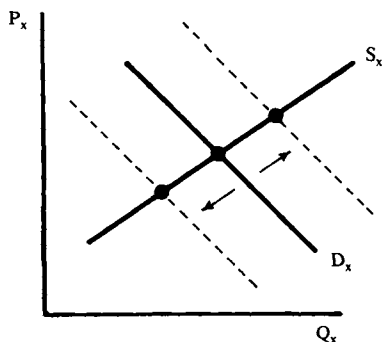
As aderências tanto dos coeficientes estimados (dados pelas estatísticas «t», entre parênteses), como da regressão (estatística «F») são boas. Em relação às regressões 1a) e 1b), foi necessário proceder à correcção da autocorrelação serial de primeira ordem pelo método de Cochrane-Orcutt (consequentemente, as estatísticas «DW» são boas).

A exclusão dos anos entre 1842 e 1865 na regressão 1b) deveu-se ao valor relativamente baixo de R^2 em 1). A melhoria deste coeficiente de correlação resultou da maior consistência da série de exportações a partir de 1865.

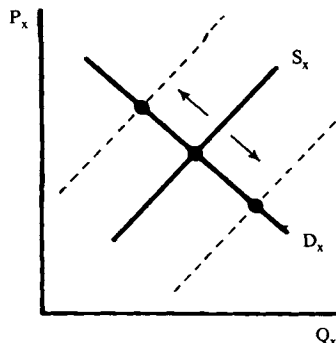
Fontes: quadro do apêndice I; W. Arthur Lewis, *Growth and Fluctuations, 1870-1913*, Londres, 1978 (citado por L. Prados de la Escosura, «Comercio Exterior y Crecimiento Económico en España, 1826-1913: Tendencias a Largo Plazo», in Banco de España, *Estudios de Historia Económica*, n.º 7, Madrid, 1982, p. 37); W. W. Rostow, *The World Economy, History and Prospect*, Austin, Texas, 1980, pp. 324-325.

Assim, quando se verifica uma relação inversa entre variações de preços e de quantidades, podemos concluir que as flutuações no nível das exportações se deveram a alterações no nível da oferta interna, e não no nível da procura externa. É exactamente a esta conclusão que se chega quando se compara a variação das quantidades e dos preços das exportações portuguesas entre 1865 e 1913, cuja evolução se representa nos gráficos 2 e 3 (antes de 1865, a descontinuidade e maior inexactidão dos dados, sobretudo relativos ao preços, não permitem que se tirem conclusões). Podemos ver nesses gráficos que, entre 1866 e 1886, o índice da quantidade de exportação aumentou, enquanto o índice dos preços diminuiu; entre 1886 e 1891

[DIAGRAMA I]



[DIAGRAMA II]



baixou o primeiro índice e subiu o segundo; e entre 1891 e 1910 a subida das quantidades foi novamente acompanhada por uma descida dos preços¹¹.

Tanto a comparação entre os ciclos das exportações e os ciclos da procura do Centro, como o estudo da relação entre as variações dos preços e das quantidades de exportação, levam-nos a concluir que ao longo das seis décadas até 1913, ao contrário das teses «dependentistas», as exportações portuguesas não flutuaram ao sabor das flutuações da procura mundial. Esta conclusão tem uma justificação relativamente simples que se prende, por um lado, com o facto de Portugal ocupar uma posição pouco importante no comércio mundial e, por outro, com o desfazamento entre a oferta portuguesa de exportações de produtos primários e a procura mundial do mesmo tipo de produtos. Na verdade, a maioria dos produtos portugueses representava uma parcela muito pequena na oferta com que os principais mercados mundiais se defrontavam (geralmente menos de 5%). Isto significa que as flutuações no valor das exportações portuguesas podiam ser relativamente independentes das flutuações no valor da procura mundial. A título de exemplo, do valor total de todas as qualidades de frutas e de legumes importados pela Grã-Bretanha em 1875/77, apenas 2% provinham de Portugal (este caso não era extremo porque esta percentagem era de 1,6% para a carne e animais para abate e menos de 0,5% para as peles, lãs, madeiras, entre outros): não seria portanto difícil aos nossos exportadores manterem um nível de vendas independente das flutuações ocorridas na procura, porque isso implicaria alterações pouco significativas no valor total das importações de cada produto.

O desfazamento entre a oferta portuguesa e a procura mundial, acima referido, resultava concretamente da diferença entre a estrutura das exportações nacionais e a estrutura dos mercados mundiais. De facto, as exportações portuguesas eram compostas essencialmente por produtos do sector primário de que, em termos gerais, os países do Centro eram carentes, sobretudo a partir de meados do século XIX. Mas, se se atender em pormenor ao tipo de produtos que Portugal vendia — o que faremos nas partes III e IV —, verifica-se que não predominavam aqueles cuja procura mais depressa crescia nos mercados dos países industrializados. Por exemplo, o aumento das importações da Grã-Bretanha, que esteve associado ao aumento do seu rendimento nacional, deu-se sobretudo em relação a produtos como

o trigo, a carne e o gado para abate, os lacticínios ou os ovos¹². Destes produtos, Portugal apenas exportava em quantidades significativas gado bovino: a procura na Grã-Bretanha de todas as outras exportações portuguesas de bens alimentares, como o vinho, o azeite, o sal ou as frutas e os legumes, crescia a um ritmo mais lento. O mesmo se passava em relação às matérias-primas para a indústria. No mercado britânico, a procura de importações dirigia-se cada vez mais para as madeiras, os óleos minerais, a borracha ou para a pasta de papel, produtos que não eram abundantes em Portugal. As flutuações no rendimento e na produção industrial da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha ou dos EUA reflectiam-se, portanto, na procura dos bens alimentares e das matérias-primas acima citados, e não daqueles em que as exportações portuguesas eram especializadas. Daí a fraca ligação que encontrámos entre as flutuações das exportações nacionais e as flutuações da economia mundial.

III

O estudo desagregado das exportações de qualquer país é fundamental para a compreensão da sua evolução. As decisões de exportação são tomadas separadamente em relação a cada produto (ou conjunto de produtos) exportado; é a este nível, portanto, que se deverá procurar explicar o crescimento geral. Como se verá mais adiante, as alterações ocorridas no grau de contribuição de cada produto para o crescimento das exportações totais portuguesas determinaram em grande medida o ritmo desse mesmo crescimento.

Antes de prosseguirmos, porém, teremos de estudar a evolução geral das exportações portuguesas de um modo mais rigoroso e sistematizado do que o que tem sido feito até aqui. No quadro n.º 2 apresentam-se as taxas mais relevantes para a caracterização do crescimento das exportações nacionais. No mesmo quadro incluíram-se as taxas correspondentes para a Europa, uma vez que as referências a outros países são essenciais como meio de comparação. Por isso procuraremos fazê-lo sempre que possível ao longo deste trabalho.

Os períodos utilizados no quadro n.º 2 foram limitados pelos anos em que o valor e o volume das exportações atingiram níveis máximos¹³. Para se conhecer a evolução a preços constantes foi necessário calcular um índice dos preços (ou dos valores unitários) para as exportações (ver apêndice 1). As taxas de crescimento para o *valor* têm de ser consideradas com precaução, porque tudo indica que não só a avaliação das exportações nas estatísticas oficiais envolveu alguns erros, como a amplitude desses erros não foi constante. No que se refere ao registo na mesma fonte das quantidades de exportação, o problema não parece ser tão grave (ver apêndice 2). Os erros das estatísticas justificam, aliás, a elevada taxa de crescimento para o valor das exportações entre 1850 e 1856, a qual se deveu essencialmente a uma subida dos valores unitários.

¹² Ver Werner Schlote, *British Overseas Trade. From 1700 to the 1930s*, Oxford, 1952, pp. 55-68.

¹³ Ver nota do quadro n.º 1.

Considerando apenas as taxas de crescimento para o volume, podemos observar no quadro n.º 2 que o período de maior crescimento foi entre 1865 e 1886, como M. H. Pereira e M. V. Cabral já haviam indicado. Mas, apesar de as exportações portuguesas terem crescido mais depressa que as da Europa nestas duas décadas, o crescimento global em todo o período de 1850-1913 foi mais lento.

Taxas de crescimento das exportações de Portugal e da Europa (médias anuais, percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Valor			Volume		
Anos	Portugal	Europa (a)	Anos	Portugal	Europa (a)
1850-56	9,6	(6,1)	1848-56	1,4	7,5
1856-66	1,1	(5,3)	1856-65	1,0	4,5
1866-75	3,6	(3,2)	1865-74	4,9	4,5
1875-86	1,4	(1,6)	1874-86	3,1	2,5
1886-98	1,5	(1,5)	1886-98	1,6	2,5
1898-1910	1,2	(4,4)	1898-1910	1,6	3,6
1850-1910	2,4	3,4	1848-1910	2,3	4,0
1856-1910	1,7	2,9(b)	1856-1910	2,4	3,3(b)
Tendência (c)	1,4-1,8	—	Tendência (c)	2,2	—

(a) Incluindo a Rússia e excluindo a Turquia.

(b) 1860-1910.

(c) Ver nota do quadro n.º 1.

Fontes: quadro do apêndice 1; Paul Bairoch, *Commerce Extérieur et Développement Économique de l'Europe au XIX^{ème} Siècle*, Paris, 1976, pp. 63 e 331.

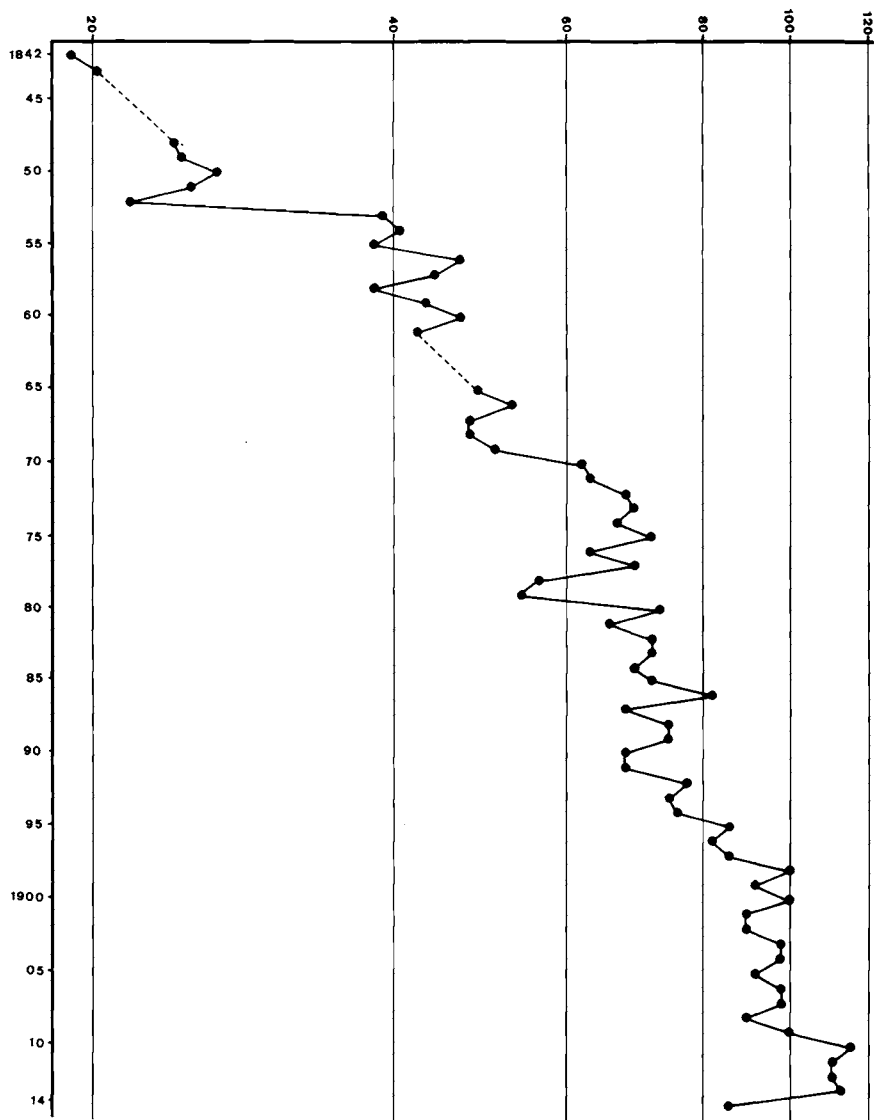
Dado que a avaliação das exportações nas estatísticas oficiais portuguesas não pode ser considerada de confiança, os resultados do índice dos preços das exportações e das razões de troca directas do comércio externo português serão aqui apresentados sem qualquer esforço de interpretação económica.

Segundo estes dados, apresentados no gráfico III, os preços de exportação caíram em todo o período estudado. Apesar disso, as razões de troca directas subiram até 1894, ano em que se iniciou uma fase descendente¹⁴.

¹⁴ Sandro Sideri calculou as razões de troca para o comércio entre Portugal e o Reino Unido no período de 1854-1957 (Sandro Sideri, «Secular trends in the terms of trade between Portugal and the United Kingdom, 1854-1957», Six-month Diploma Course in Economic Planning and National Accounting, *Selected Papers*, Haia, Institute of Social Studies, 1961, p. 12; e *Comércio e Poder* [...], cap. 9). Segundo estes cálculos, as razões de troca apresentaram uma tendência ligeiramente *decrecente* entre 1855/64 e 1895/1904, caindo depois em cerca de 50% entre esta última década e 1905/13. A contradição (que poderá ser apenas aparente) entre as tendências dadas pelos resultados de Sideri e pelos nossos pode ser explicada se se atender a que os cálculos daquele autor apenas incluem o comércio anglo-português, cuja importância no comércio total português decresceu ao longo do período de 1850-1913 (assim, a cobertura do índice de Sideri é apenas de 16% em 1905/13), e aos custos de transporte. Dado que Sideri utilizou as estatísticas do comércio externo britânicas, os preços de exportação daquelas ilhas para Portugal não incluem custos de transporte, enquanto os preços do comércio no sentido contrário os incluem; nos nossos cálculos passa-se o oposto, porque se baseiam nas estatísticas portuguesas. Como aqueles custos baixaram ao longo da segunda metade do século XIX, os preços das exportações portuguesas (britânicas) foram subavaliados (sobreavaliados) por Sideri, enquanto os preços por nós calculados sofreram desvios de sentido oposto.

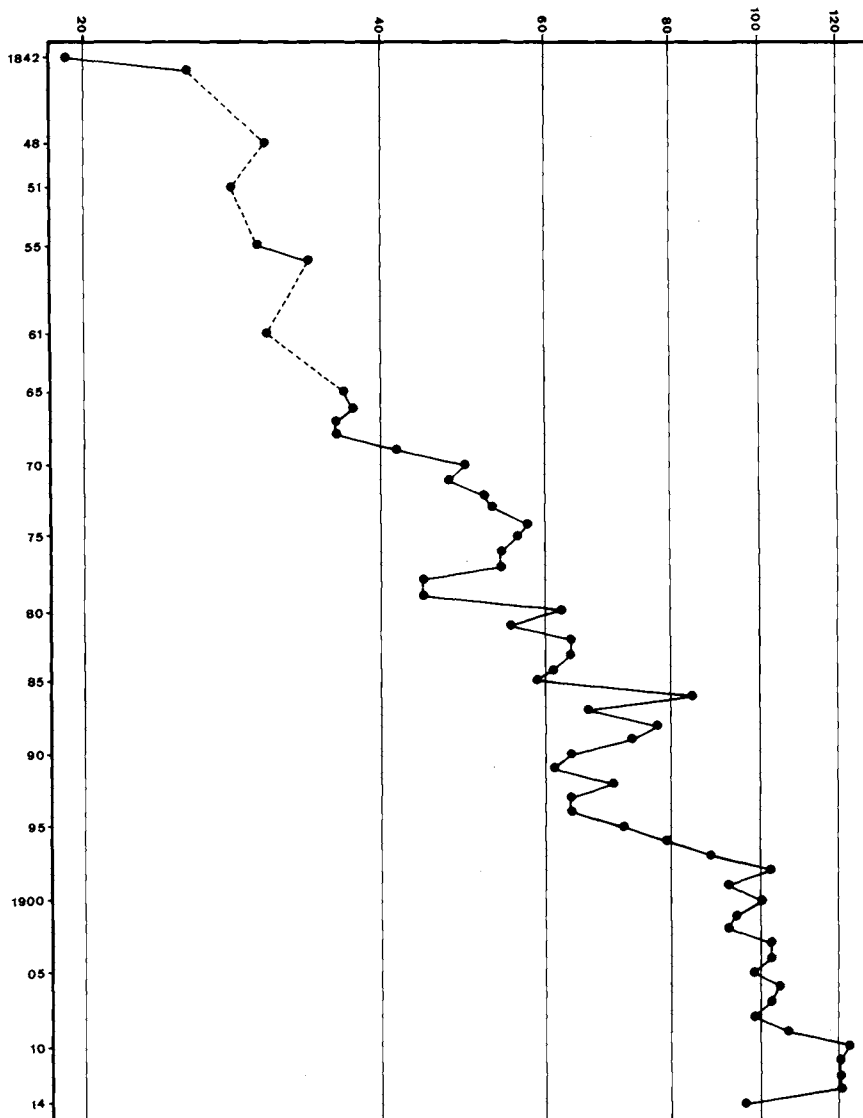
Evolução do índice do valor das exportações (1900 = 100)

[GRÁFICO 1]



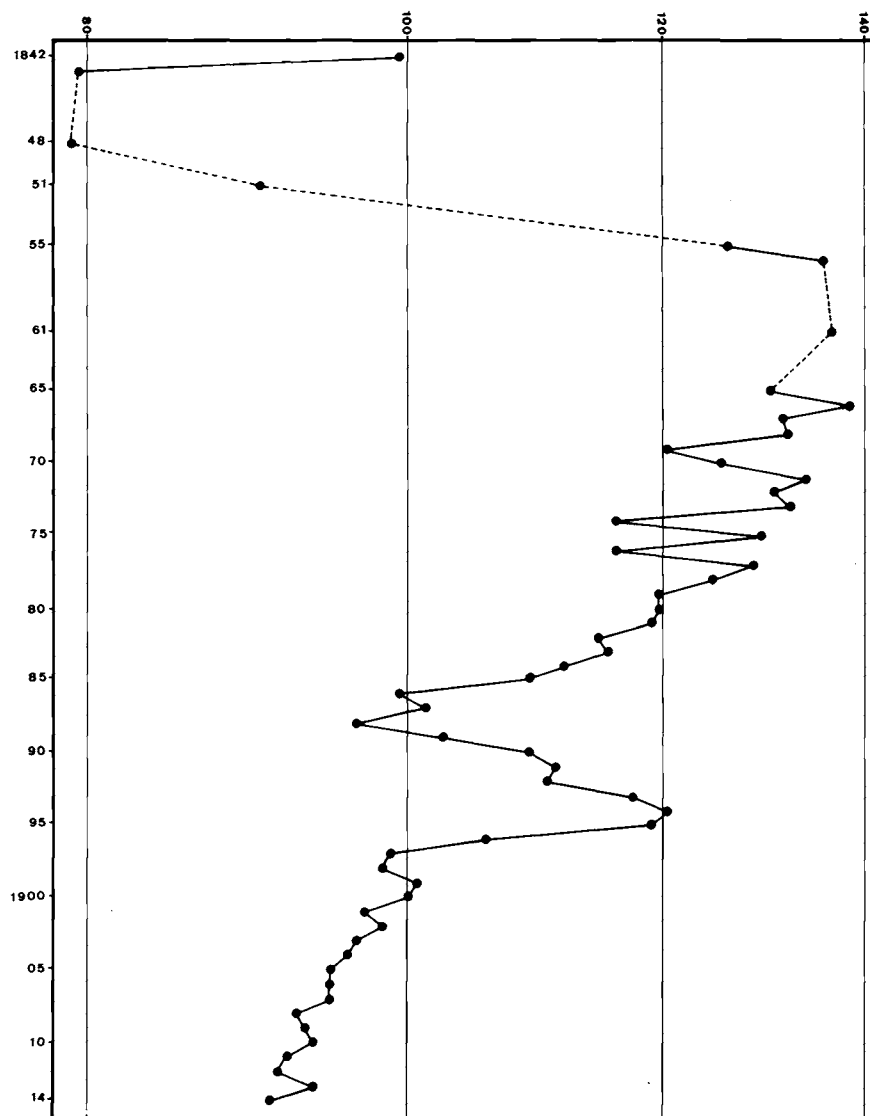
Evolução do índice do volume das exportações (1900 = 100)

[GRÁFICO 2]



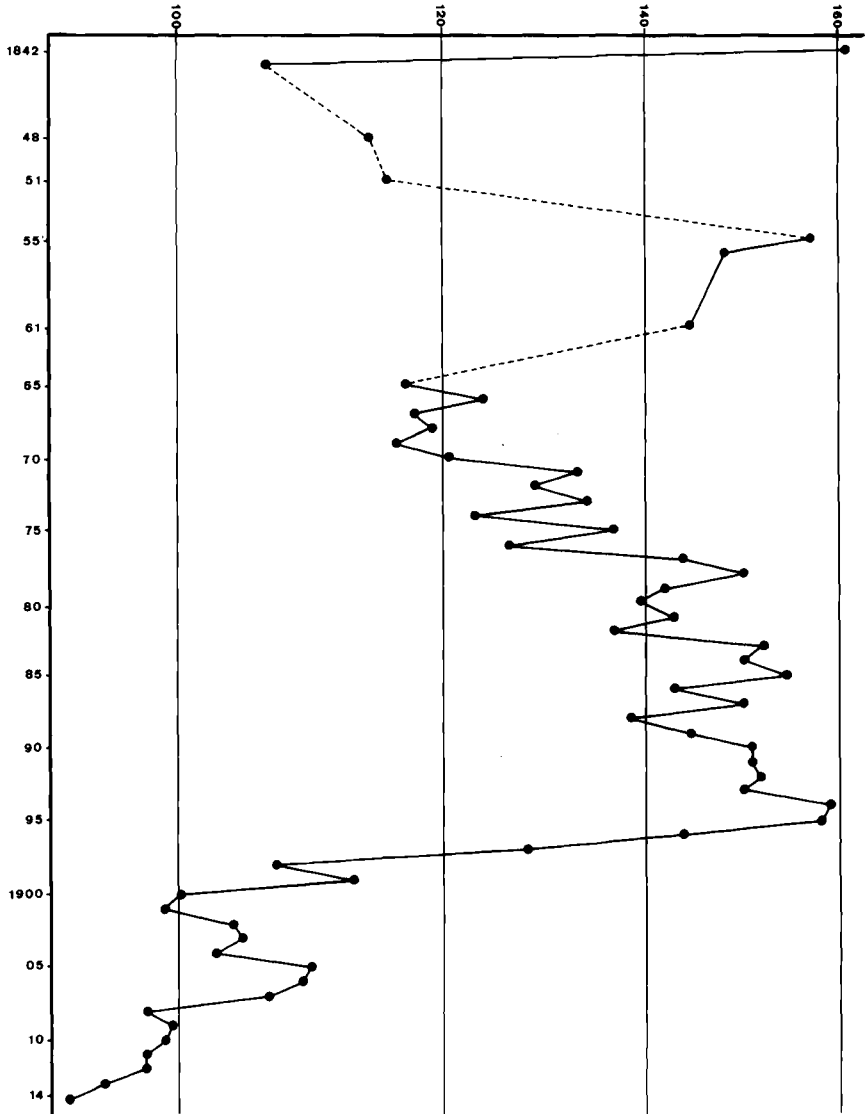
**Evolução do índice de preços das exportações
(1900 = 100)**

[GRÁFICO 3]



**Evolução do índice das razões de troca
(1900 = 100)**

[GRÁFICO 4]



Nas seis décadas até 1913, as exportações portuguesas eram essencialmente constituídas por produtos directamente ligados à actividade agrícola. Esta estrutura de exportação — que se manteve mais ou menos constante — não é surpreendente, já que Portugal era um país agrícola: ainda em 1900, este sector ocupava 62% da população activa¹⁵. Daí também o excessivo peso que os produtos exportados em bruto ocupavam no total. Com efeito, as exportações de matérias-primas e de produtos alimentares não elaborados ascendiam a cerca de 2/5 do valor total das exportações ao longo de todo o período (ver quadro n.º 4).

Um país geográfica e economicamente pequeno como Portugal dificilmente tem uma grande diversificação de recursos. Isto implica que a gama de produtos em que pode obter vantagens comparativas no comércio mundial é reduzida e, conseqüentemente, uma menor diversificação das suas exportações. Foi o que sucedeu em Portugal, como se pode ver no quadro n.º 3, e em outros países, como a Dinamarca e a Suécia. O exemplo destes dois países, aliás, mostra que a concentração das exportações pode não ser um factor adverso e limitativo do papel desempenhado pelo sector exportador no crescimento económico. Apesar de o nível de concentração ter sido semelhante ao português, o crescimento da economia e do sector exportador de cada um daqueles países escandinavos foi dos mais rápidos da Europa na segunda metade do século XIX¹⁶.

**Exportação dos três principais produtos (a)
(percentagem do total)**

[QUADRO N.º 3]

Portugal		Dinamarca		Suécia	
1840/49	63%	1875/79	49%		
1850/59	65%				
1860/69	61%				
1870/79	62%				
1880/89	68%			1881/85	68%
1890/99	61%	1900/9	73%	1891/95	59%
1900/9	50%			1901/5	62%
1905/14	51%			1911/13	53%

(a) Consideramos o vinho como um só produto; não se considerou o algodão em obra em 1840/49 e 1850/59 e o gado bovino em 1900/9 e 1905/14. (Ver notas do quadro n.º 4.)

Fontes: quadro n.º 4; Paul Bairoch, *Commerce Extérieur [...]*, p. 264; Lenart Jorberg, «The Industrial Revolution in the Nordic Countries», in Carlo M. Cipolla (ed.), *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 4, parte 2, Glasgow, 1979, p. 446.

Esta diferença de resultados derivou essencialmente das diferenças no tipo de produtos em que as exportações se concentraram e no tipo de resposta das economias nacionais aos estímulos da exportação. A Dinamarca especializou-se na exportação de cereais (enquanto os mercados mundiais lhe foram favoráveis até 1870), manteiga, carne fresca e ovos; a Suécia especializou-se na exportação de pranchas de madeira, de papel e pasta para

¹⁵ Ver M. Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada [...]*, p. 131.

¹⁶ Na segunda metade do século XIX, a Dinamarca e a Suécia tinham, além da dimensão geográfica, uma situação económica (medida pelo PNB total) semelhante à de Portugal. A comparação com estes países é portanto legítima. Entre 1860 e 1913, o crescimento do PNB *per capita* e das exportações daqueles dois países escandinavos foi dos mais rápidos da Europa (ver Paul Bairoch, *Commerce Extérieur [...]*, Paris, 1976, pp. 74 e 154-156).

papel e de ferro e aço em bruto. Estes produtos não só tinham uma procura crescente nos mercados mundiais (sobretudo na Grã-Bretanha), como a sua produção envolvia efeitos externos em outros sectores da economia que esses países souberam absorver. Portugal, por seu lado, especializou-se na exportação de produtos de procura mundial a crescer a taxas baixas (e mesmo negativas) ou cuja produção envolvia efeitos externos na economia, que, apesar de poderem ser considerados relativamente pequenos, só terão sido aproveitados parcialmente: estes produtos foram os vinhos, as frutas e os legumes, o azeite, os minérios e a cortiça em bruto. É importante notar que todos os produtos citados em relação à Dinamarca e à Suécia (à excepção do ferro e do aço) pertencem ao sector agrícola da economia. Esta verificação leva-nos a excluir qualquer preconceito em relação à especialização das exportações de um determinado país em produtos da agricultura. Isto na segunda metade do século XIX, período em que os mercados mundiais para os produtos agrícolas eram geralmente favoráveis.

As principais contribuições de cada produto para o crescimento do valor total das exportações portuguesas estão patentes no quadro n.º 5. O facto mais saliente deste quadro é que a maioria dos produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações, sensivelmente até às décadas de 1870/80, deixou de o fazer desde então. Os valores para a cera em bruto, minérios, gado bovino, frutas e legumes, sal, vinho do Porto e calçado são exemplos disso mesmo. A partir de 1870/80, os produtos que passaram a determinar o crescimento das exportações foram a cortiça em bruto e em obra (aqui a tendência ascendente começou antes de 1870), o peixe em conserva, o azeite (que já tinha sido importante anteriormente), o vinho da Madeira, os têxteis em obra e, sobretudo, outros produtos (última linha do quadro), como as madeiras e animais vivos (não bovinos). O contributo do vinho comum entre 1860/69 e 1880/89 deveu-se às condições especiais da procura em França, cujas vinhas tinham sido atacadas pela filoxera.

A partir de 1886, como vimos no quadro n.º 2, a taxa de crescimento das exportações (em volume) diminuiu. Pode então concluir-se que o conjunto de produtos que dominou o crescimento das exportações até 1870/80 o fez de forma mais satisfatória que o conjunto que dominou a partir de então. Tem interesse notar que o primeiro desses conjuntos era constituído essencialmente por produtos agrícolas exportados para a Grã-Bretanha, enquanto o segundo incluía alguns produtos manufacturados destinados a outros mercados.

O decréscimo das exportações portuguesas para a Grã-Bretanha é mostrado pelos quadros n.ºs 6 e 7. Para este mercado enviávamos a quase totalidade do gado bovino, dos minérios e do vinho do Porto e grande parte das frutas e legumes e do azeite (o outro grande mercado para estes dois últimos produtos era o Brasil).

As sucessivas alterações, quer na composição, quer na distribuição das exportações nacionais, a partir das décadas de 1870/80, têm de ser explicadas, tanto mais que estiveram associadas a uma quebra no ritmo de crescimento geral. Como se verá, ao tentarmos explicar essas alterações, focaremos alguns problemas fundamentais do sector exportador português que nos levam a colocar as seguintes questões: as exportações decresceram a partir de 1886 porque a sua procura nos mercados mundiais caiu? Houve apenas alterações em matéria de qualidade dos produtos procurados, a que Portugal não soube responder? No caso afirmativo, porque é que as exportações não conseguiram manter os seus mercados? Em certos produtos não pode-

riam elas ter crescido mais do que o que fizeram? Por outro lado, teremos de indagar a que se deveu a diversificação ocorrida tanto nos mercados de destino das nossas exportações como no tipo de produtos exportados. Final-

Composição das exportações (médias anuais, percentagem)

[QUADRO N.º 4]

Exportações	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	1890/99	1900/9	1905/14
Cera em bruto	1,3	1,9	3,9	3,1	0,6	0,3	0,4	0,4
Pele e couros em bruto ...	0,3	0,2	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	0,9
Lã em rama	1,4	1,6	2,1	1,4	0,9	0,7	0,5	0,4
Cortiça em bruto	2,1	2,5	3,6	4,4	8,9	9,3	8,8	9,4
Madeira em bruto	—	—	0,5	0,7	0,5	0,4	3,6	2,6
Minérios	—	—	7,1	7,8	5,4	5,3	3,9	3,4
MATÉRIAS-PRIMAS	5,1	6,2	17,7	18,1	17,0	16,9	18,1	17,1
Gado bovino	0,4	1,3	4,1	7,1	5,2	1,7	1,8	1,6
Gado não bovino(a)	0,0	0,0	1,4	1,6	2,2	5,6	11,2	9,0
Peixe fresco ou salgado ...	0,7	0,7	0,8	1,3	1,2	1,3	1,4	1,9
Frutas e legumes	8,3	7,9	8,8	9,3	6,7	7,8	8,0	7,2
Cereais em grão	1,0	1,2	1,0	0,3	0,0	0,2	0,1	0,1
Sal	2,3	2,7	1,8	1,5	1,0	0,6	0,4	0,3
PRODUTOS ALIMENTARES NÃO ELABORADOS	12,7	13,8	17,9	21,1	16,3	17,2	22,9	20,1
Peixe em conserva	—	—	—	0,1	2,1	4,3	5,5	6,4
Farinha	0,0	0,8	0,3	0,1	0,2	0,5	0,8	1,0
Azeite	2,8	5,1	4,3	2,5	0,7	1,2	1,8	1,8
Vinho do Porto	37,7	37,7	37,1	35,3	26,6	24,4	17,7	17,8
Vinho da Madeira	7,1	3,7	1,3	2,1	2,6	2,8	2,3	1,9
Vinho comum	6,6	10,5	6,5	7,9	22,8	16,4	13,5	14,7
PRODUTOS ALIMENTARES ELABORADOS	54,2	57,8	49,5	48,0	55,0	50,1	41,6	43,6
Algodão em obra(b)	11,2	5,0	2,2	1,4	0,4	4,0	4,8	4,2
Outros têxteis em obra	2,0	1,1	0,5	0,4	0,3	0,4	0,2	0,1
Calçado	0,1	0,2	0,6	0,9	0,7	0,3	0,4	0,3
Cortiça em obra	0,1	0,1	0,3	0,8	2,2	2,8	3,0	3,0
Ferro em obra	0,8	0,7	0,5	0,6	0,4	0,5	0,4	0,4
PRODUTOS MANUFACTURADOS	14,2	7,1	4,1	4,1	4,0	8,0	8,8	8,0
OUTROS	13,8	15,1	10,8	8,7	7,7	7,8	8,6	11,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) O que nos aparece neste quadro como um grande aumento das exportações de «gado não bovino» a partir de 1890/99 é efectivamente trânsito de animais entre Portugal e Espanha, quer para transporte de mercadorias, quer para pastoreio. Este trânsito já existia com certeza anteriormente (sob a forma de contrabando), mas o tratado comercial de 1893 entre aqueles dois países, que passou a permitir a livre circulação de animais, fez com que fosse registado nas estatísticas de comércio externo (ver, entre outros, João Tierno, «Indústria pecuária», in *Notas sobre Portugal*, Lisboa, 1908, p. 452).

(b) Até à década de 1870 são várias as informações sobre a existência de contrabando de tecidos ingleses para Espanha, via Portugal. O cônsul britânico em Cádiz, por exemplo, estimou para 1860 o valor dos tecidos ingleses contrabandeados em cerca de 20% das exportações da Grã-Bretanha para Portugal (citado por L. Prados de la Escosura, «El Comercio Hispano-Británico en los Siglos XVIII e XIX. I — Reconstrucción», in *Revista de Historia Económica*, n.º 2, 1984, pp. 129-130). Isto significa que o total das exportações de tecidos de algodão de Portugal para Espanha seria contrabando daqueles tecidos. Consequentemente, seria preciso subtrair do valor total das exportações portuguesas de algodão em obra as exportações destinadas a Espanha. Estas exportações variaram entre 50% e 90% do total até 1870. Os valores apresentados neste quadro não foram, no entanto, rectificados (o que reduziria as percentagens para o algodão em obra em cerca de metade nas três primeiras colunas do quadro).

Nota — Neste quadro e nos que se seguem, a média de 1840/49 só inclui os anos de 1842, 1843 e 1848; a de 1850/59, os anos de 1851, 1855 e 1856; a de 1845/54, os anos de 1848 e 1851; a de 1855/64, os anos de 1855, 1856 e 1861; e a de 1860/69, os anos de 1861 e os de 1865 a 1869. Todas as outras médias são completas.

Fontes: *Estatísticas do Comércio Externo*.

Contribuição das exportações dos produtos indicados para a variação das exportações totais (a) (valores correntes, percentagem)

[QUADRO N.º 5]

Produtos	1840/49 a 1850/59	1845/54 a 1855/64	1850/59 a 1860/69	1855/64 a 1865/74	1860/69 a 1870/79	1865/74 a 1875/84	1870/79 a 1880/89	1875/84 a 1885/94	1880/89 a 1890/99	1885/94 a 1895/1904	1890/99 a 1900/9	1895/1904 a 1905/14
Cera em bruto	2,5	4,0	8,3	5,5	...	—	—	—	—	...	...	...
Peles e couros em bruto	...	...	1,2	1,1	1,0	1,4	...	—	1,3	1,2	...	1,0
Lã em rama	1,9	1,4	3,1	2,7	—	—	—	—	—	...	—	—
Cortiça em bruto	3,0	2,8	5,6	6,6	6,6	18,9	19,1	13,0	7,2	5,1	4,3	11,0
Minérios	?	3,6	24,6	22,8	9,3	—	—	—	2,5	—	—	—
Gado bovino	2,4	4,1	10,7	13,6	15,2	11,3	—	—	—	1,2	1,8	—
Peixe fresco ou salgado	...	—	...	...	...	1,0	1,2	1,0	—	—	1,4	7,3
Laranjas	5,0	3,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amêndoas	...	...	1,2	1,1	—	...	...	1,4	1,9	1,0	1,5	2,4
Figos	...	1,1	2,8	3,0	1,4	—	...	...	—	—	—	—
Legumes	1,2	2,1	3,6	2,8	4,3	4,3	—	—	3,6	2,0	—	—
Sal	3,1	2,3	—	—	...	—	—	—	—	—	—	—
Peixe em conserva	?	?	...	...	...	3,1	7,7	14,4	12,4	6,4	9,2	17,0
Farinha	1,7	1,9	—	—	—	...	...	...	1,6	1,7	2,0	3,1
Azeite	7,8	9,2	1,7	—	—	—	—	—	3,3	4,5	3,9	1,2
Vinho do Porto	36,0	32,2	28,5	28,3	28,2	4,8	—	—	3,4	—	—	—
Vinho da Madeira	—	—	—	...	4,1	6,1	2,9	1,5	2,5	1,9	—	—
Vinho comum	15,2	12,4	—	—	11,3	36,3	60,6	58,7	—	—	—	15,8
Algodão em obra	—	2,1	—	—	—	—	—	...	19,4	17,4	6,3	—
Calçado	...	...	1,5	1,8	1,6	1,3	—	—	—	...	...	—
Cortiça em obra	...	...	...	1,0	2,5	5,8	5,6	6,6	4,4	2,0	3,2	3,4
Ferro em obra	...	...	—	...	...	...	...	...	...	...	...	—
Outros	17,7	15,0	6,6	8,6	11,4	5,0	...	1,7	35,8	53,8	64,0	37,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Variação da média anual das exportações de cada produto, +, S → s, soma das variações positivas da média anual das exportações de todos os produtos. (Ver L. Prados de la Escosura, *Comercio Exterior* [...], p. 40.)

— variação negativa.

... percentagem inferior a 1,0%.

Fontes: *Estatísticas do Comércio Externo*.

Distribuição das exportações (médias anuais, percentagem)

[QUADRO N.º 6]

Países	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	1890/99	1900/9	1905/14
Reino Unido	48,4	49,2	58,2	55,9	35,7	29,8	25,6	23,1
Espanha	17,1	9,1	8,4	7,3	5,8	9,7	16,8	16,1
França	1,0	1,5	3,1	3,6	20,4	3,7	2,7	3,1
Itália(a)	1,2	0,8	1,3	0,8	0,8	0,9	1,3	1,6
Alemanha(b)	2,5	3,1	1,2	2,4	5,5	8,3	7,6	8,6
Bélgica	0,4	0,7	0,7	1,0	1,4	2,6	2,9	3,1
Holanda	2,0	0,9	1,2	1,2	0,8	1,6	1,5	1,7
Suécia e Noruega	1,0	1,1	1,0	0,9	1,1	1,3	1,4	1,2
Rússia	3,3	1,3	1,6	1,5	1,6	2,4	2,7	2,6
EUA	2,3	3,7	0,9	1,5	2,7	2,5	2,1	2,5
Brasil	19,1	24,7	18,6	19,5	19,7	24,3	17,6	18,2
África Portuguesa	1,0	2,4	3,1	3,7	2,9	10,8	15,3	15,1
Outros	0,7	1,5	0,7	0,7	1,6	2,1	2,5	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Fronteiras de 1861.

(b) Fronteiras de 1871.

Fontes: *Estatísticas do Comércio Externo*.

mente, outra questão importante a analisar diz respeito ao papel dos mercados portugueses de África no crescimento das exportações. As respostas a estas questões serão dadas através de alguns exemplos que nos pareceram elucidativos.

O problema da evolução da procura mundial para as nossas exportações será tratado em maior pormenor na parte IV, onde se irá comparar o crescimento das exportações portuguesas com o crescimento da procura nos mercados internacionais. No entanto, podemos focar desde já um aspecto que nos parece bastante relevante, pois refere-se a uma das nossas principais exportações no terceiro quartel do século passado, cuja queda tem sido até aqui mal explicada. Trata-se da exportação de gado bovino, que, como M. H. Pereira já mostrou, «começara a ser ameaçada [já em 1875] por um concorrente poderoso: a carne congelada»¹⁷. A esta «ameaça», segundo a autora, não conseguiram os exportadores portugueses de bois e vacas fazer frente (porque não renovaram as condições de produção) e, consequentemente, as exportações baixaram.

No que se refere à evolução da procura, esta explicação da queda das exportações portuguesas de gado bovino não tem em conta o enorme crescimento das importações britânicas de carne sob todas as formas. Entre 1870/74 e 1900/4, estas importações, naquele que era o principal país comprador à escala mundial, aumentaram cerca de cinco vezes. Por outro lado, foi apenas em meados da década de 1890 que as importações de carne congelada de bovino, na Grã-Bretanha, ultrapassaram o equivalente em carne das importações de gado bovino vivo. Mas, apesar disso, entre 1870/79 e 1885/89, as exportações portuguesas do mesmo gado para a Grã-Bretanha desceram de 18 300 cabeças para 7600, enquanto os três países escandinavos aumentaram as suas exportações, no mesmo período, cerca de três vezes (para 84 600 cabeças)¹⁸.

¹⁷ M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio [...]*, p. 209.

¹⁸ As estatísticas relativas às importações de carne e de gado bovinos na Grã-Bretanha foram extraídas de: Richard Perren, *The Meat Trade in Britain, 1840-1914*, Londres, 1978,

Contribuição das exportações para os países indicados para a variação das exportações totais(a) (valores correntes, percentagem)

[QUADRO N.º 7]

Países	1840/49 a 1850/59	1845/54 a 1855/64	1850/59 a 1860/69	1855/64 a 1865/74	1860/69 a 1870/79	1865/74 a 1875/84	1870/79 a 1880/89	1875/84 a 1885/94	1880/89 a 1890/99	1885/94 a 1895/1904	1890/99 a 1900/9	1895/1904 a 1905/14
Reino Unido	48,6	50,2	75,0	74,6	48,4	—	—	—	—	4,5	...	—
Espanha	—	5,1	5,3	5,0	4,0	—	—	—	16,8	35,3	46,9	24,1
França	2,0	3,3	7,2	6,0	5,1	40,0	64,9	30,4	—	—	—	5,2
Itália (b)	...	1,4	2,4	1,1	—	—	...	...	...	...	1,3	3,0
Alemanha (c)	3,8	2,5	—	—	6,0	12,2	12,8	23,6	12,2	3,4	3,0	16,9
Bélgica	1,2	1,1	...	1,3	1,9	1,7	1,9	5,9	4,9	2,9	3,6	6,9
Holanda	—	...	1,9	2,8	...	—	—	2,9	3,3	2,4	...	1,9
Suécia e Noruega	1,1	...	...	1,1	...	—	1,1	1,1	1,0	2,2	1,4	—
Rússia	—	—	2,1	3,3	1,4	—	1,0	2,3	3,5	4,6	3,5	...
EUA	5,3	—	—	—	3,2	7,7	5,4	3,9	...	—	—	5,8
Brasil	31,3	28,7	—	...	22,2	33,1	9,0	12,9	24,8	7,0	—	3,0
África Portuguesa	4,1	5,4	4,9	4,0	5,2	3,6	—	10,4	30,2	35,3	33,4	17,5
Outros	2,3	1,5	—	—	1,0	1,8	3,5	6,4	2,5	1,1	3,6	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Ver nota (a) do quadro n.º 5.

(b) Ver notas do quadro n.º 6.

(c) Id.

— ver quadro n.º 5.

... Id.

Fontes: *Estatísticas do Comércio Externo*.

Para R. Perren, estes resultados justificam-se pelas diferentes respostas dos sectores agrícolas nacionais às variações dos preços mundiais dos produtos agrícolas. Diz o autor:

*Scandinavian agriculture took advantage of the lowered cost of imported animal foodstuffs which was reflected in lower grain prices. [...] In contrast France and Germany [países em que as exportações de gado baixaram, mas não tanto como em Portugal] adopted a policy of tariff protection for cereal as well as livestock farmers and so agriculture in these countries did not have to exploit overseas markets*¹⁹.

Não sabemos o que se terá passado em Portugal, tanto mais que desconhecemos até que ponto os nossos gados eram alimentados com rações importadas, ou poderiam vir a sê-lo se a protecção alfandegária tivesse sido mais baixa do que foi a partir da década de 1880²⁰. De qualquer forma, fica-nos a ideia de a não renovação das condições de produção por parte dos criadores de gado, referida por M. H. Pereira, ter sido determinada por razões internas. Apesar de tudo, a produção pecuária em Portugal não parece ter sofrido tanto quanto as exportações: em 1861/70, a produção anual média de carne de bovino rondaria as 17 000 t, enquanto em 1898 e 1908 os valores se situariam entre as 21 500 t e as 24 000 t; a produção total de carnes terá passado, entre os mesmos anos, de cerca de 70 000 t para cerca de 90 000 t²¹.

Alterações qualitativas na procura externa foram igualmente importantes para o insucesso da resposta de algumas das exportações portuguesas. Com efeito, alguns dos artigos que compunham as exportações portuguesas — como o azeite, o vinho, algumas frutas e alguns legumes, as lãs, etc. — tinham níveis de qualidade muito baixos. Desta forma, foram substituídos nos mercados mundiais, cada vez mais exigentes, por produtos mais cuidados vindos de outras parte do mundo.

As exportações de cortiça em obra (rolhas) são um bom exemplo de exportações que cresceram consideravelmente, mas menos do que o que a procura permitiu. Em todo o período considerado (1850-1913), as rolhas representaram sempre menos de 90% do total de toneladas de cortiça exportadas.

É evidente que haveria grandes benefícios se as exportações de manufacturas de cortiça tivessem sido maiores, o que, do lado da procura, teria sido possível.

Apesar das altas barreiras aduaneiras com que os principais países consumidores de rolhas defendiam as suas indústrias, havia um mer-

pp. 3 e 119; S. B. Saul, *Studies in British Overseas Trade, 1870-1914*, Liverpool, 1960, p. 24; e «Annual Statement of the Trade and Navigation of the United Kingdom with Foreign Countries and British Possessions», in *British Parliamentary Papers* (BPP), Londres, vários anos.

¹⁹ R. Perren, *The Meat Trade [...]*, pp. 119-120.

²⁰ Em 1879/80, os cereais importados pagavam em Portugal direitos entre 8% e 15% do respectivo valor; em 1886/87, entre 29% e 36%; e em 1889/90, entre 34% e 55%.

²¹ Valores baseados em R. de Moraes Soares, *Relatório [...]*, pp. 8-10; B. C. Cincinnato Costa e Luís de Castro (ed.), *Le Portugal [...]*, p. 322; e João Tierno, «Indústria pecuária», in *op. cit.*, p. 453.

cado mundial para este artigo. No entanto, Portugal não o explorava convenientemente, como se pode ver pelo quadro seguinte:

	Participação das rolhas portuguesas nos mercados de:			
	Grã-Bretanha		Alemanha	EUA
	1902/6	1909	1911	1908/10
Anos.....	1902/6	1909	1911	1908/10
Em valor.....	43%	47%	—	4%
Em volume.....	45%	51%	15%	—

Fonte: Tomás Cabreira, *A Questão Corticeira*, Lisboa, 1914, pp. 7-9.

As rolhas espanholas, por exemplo, detinham 86% do mercado dos EUA (em 1908/10), o que equivalia à quase totalidade da quantidade de rolhas que Portugal vendia no mercado livre da Grã-Bretanha, que era o único, aliás, onde estas ocupavam uma posição de destaque²². O insucesso português neste campo poderá ser explicado, não por questões de qualidade ou de preço, mas talvez por falta de capacidade de negociação por parte de Portugal, que se traduziu na ausência de tratados de comércio. A Espanha e a Itália, por exemplo, gozavam da cláusula de nação mais favorecida nas pautas alfandegárias francesas, o que lhes permitia serem abrangidas por um direito que era cerca de metade do cobrado às rolhas portuguesas. Esta incapacidade de negociação poderá ter resultado da grande desagregação que existia no seio dos produtores portugueses de cortiça, que impediria que agissem em bloco sobre os mercados internacionais (note-se que Portugal produzia e exportava cerca de metade da cortiça mundial).

A questão mais cara à tese da «dependência externa» relaciona-se, como já se referiu, com a especialização portuguesa na produção e exportação de produtos primários, nomeadamente de vinho. Sandro Sideri, por exemplo, conclui que «a especialização de Portugal em vinho, por reforçar os interesses fundiários e tornar muito difícil, se não impossível, o aparecimento de uma burguesia comercial e industrial, impediu o desenvolvimento que a longo prazo se pensava possível»²³. Mas, como diz Jaime Reis no seu artigo sobre o atraso económico português, este tipo de conclusões peca por «fraca especificação».

No mesmo artigo, este autor desenvolve um modelo que o leva a concluir que Portugal poderia ter beneficiado, em termos económicos, de uma maior especialização na produção e exportação de vinho, muito embora lhe pareça que isso teria sido difícil, dada a limitada evolução da procura mundial para aquele produto²⁴.

Efectivamente, a elasticidade-rendimento da procura do nosso principal comprador de vinho (Grã-Bretanha) seria negativa ao longo de toda a segunda metade do século XIX²⁵, o que dificultaria um crescimento econó-

²² Valores extraídos de Tomás Cabreira, *A Questão Corticeira* [...], p. 9.

²³ Sandro Sideri, *Comércio e Poder* [...], p. 21.

²⁴ Jaime Reis, «O atraso económico [...]», in *op. cit.*, pp. 13 e 22.

²⁵ Esta elasticidade foi calculada com base numa regressão linear das importações totais de vinho no Reino Unido (IMV) no rendimento nacional desse país (YUK). Os dados foram tirados de Brian R. Mitchell e P. Deane, *Abstract of British Historical Statistics*, Cambridge, 1962, pp. 298-300 e 331-332. Foi necessário introduzir uma variável *dummy* (D) por causa do salto ocorrido nas estatísticas de importação entre 1870 e 1871, que se deveu à modificação na forma de avaliação das importações do Reino Unido. Os resultados para o período de

mico sustentado a longo prazo nas exportações de vinho. Mesmo assim, o crescimento das exportações portuguesas de vinho foi inferior ao crescimento da sua procura mundial. Por exemplo, as exportações para França, apesar de terem crescido substancialmente até 1886, perderam a sua posição relativa naquele mercado, passando de 15% do total, em 1876, para 6% em 1888 (ver nota 42). A quantidade de vinho comum português vendido à Grã-Bretanha, por seu lado, era pouco significativa (entre 0,2 e 0,3 milhões de galões entre 1876 e 1898), se comparada com a quantidade vendida pela Espanha ou pela França, que no global passou de cerca de 6 milhões de galões em 1876 para cerca de 9 milhões em 1898 (o vinho comum é aqui tomado como vinho com menos de 30° de graduação alcoólica). Consequentemente, o consumo de vinho português na Grã-Bretanha (incluindo os vinhos generosos) passou de 37% do total em 1841/50 (tinha sido 50% em 1811/20) para 21% em 1891/96²⁶. Estes valores mostram a existência de um mercado potencial para a colocação dos nossos vinhos, sobretudo dos vinhos comuns, que não foi suficientemente explorado. As razões deste insucesso prendem-se certamente com a baixa competitividade do vinho português²⁷, mas também se poderá relacionar, como veremos, com o fraco interesse demonstrado pela Grã-Bretanha nas suas relações comerciais com Portugal²⁸. O mercado britânico para os vinhos generosos, apesar de ter tido um crescimento limitado, também não parece ter sido totalmente aproveitado pelos exportadores nacionais. É o que se depreende, pelo menos, do caso das falsificações de vinho do Porto e da Madeira. Segundo a opinião, talvez dema-

1855-1913 foram os seguintes [a regressão (2) é idêntica à (1), mas com a autocorrelação corrigida]:

$$\begin{aligned} (1) \text{ IMV} &= 5,671 - 0,0021 \text{ YUK} + 2,816D \\ &\quad (16,021) \quad (-5,580) \quad (7,745) \\ R^2 &= 0,500; DW = 0,573; F = 30,000 \\ (2) \text{ IMV} &= 5,456 - 0,0015 \text{ YUK} + 2,238D \\ &\quad (6,630) \quad (-2,277) \quad (4,002) \\ R^2 &= 0,199; DW = 1,945; F = 7,927 \end{aligned}$$

São as seguintes as elasticidades calculadas a partir das regressões (1) e (2), nos períodos definidos pelos anos abaixo indicados:

Períodos	(1)	(2)
1855-64	-0,388	-0,283
1865-74	-0,333	-0,243
1875-84	-0,373	-0,272
1885-94	-0,481	-0,351
1895-1904	-0,634	-0,462
1905-13	-1,016	-0,741
Média	-0,538	-0,392

Note-se que a elasticidade-rendimento (negativa) da procura de importações de vinho do Reino Unido aumentou com o tempo, ou seja, com o rendimento (YUK). Esta é a razão de não se ter utilizado uma função na forma logarítmica para o cálculo desta elasticidade, uma vez que isso implicaria admitir uma elasticidade constante.

Para referência, indica-se que a elasticidade-rendimento da procura de importações de vinho italiano no Reino Unido, entre 1817 e 1913, também seria negativa (I. A. Glazier, V. N. Bandera e R. B. Berner, «Terms of trade between Italy and the United Kingdom, 1815-1913», in *Journal of European Economic History*, vol. 4, 1975, pp. 24 e 36-37).

²⁶ Sandro Sideri, *Comércio e Poder [...]*, p. 336.

²⁷ Jaime Reis, «O atraso económico [...], in *op. cit.*, pp. 23-24.

²⁸ Em 1850, Portugal absorvia menos de 1% das exportações totais inglesas (Paul Bairoch, *Commerce Extérieur [...]*, pp. 266-267), o que justifica plenamente esse desinteresse, pelos menos em termos económicos.

siado optimista, de Roque da Costa, «se conseguíssemos fazer desaparecer dos mercados internacionais todo o vinho falsificado ou imitado [...] — passando a sermos os únicos fornecedores de vinho do Porto ou da Madeira que se consome no mundo inteiro —, chegaríamos [...], pelos menos, a duplicar a quantidade de exportação»²⁹.

Quanto a nós, o crescente desinteresse da Grã-Bretanha em relação ao seu comércio com Portugal explica não só a redução nas exportações de alguns produtos portugueses para aquele país (como o vinho), mas também a diversificação que se verificou nas exportações nacionais a partir de 1870/80, quer em relação aos mercados de destino, quer em relação ao número de produtos exportados. Aquele desinteresse derivou de cada vez maior especialização britânica na exportação de produtos de qualidade e de características muito específicas (como determinadas peças para máquinas ou determinados tipos de tecidos ou fios de fibras têxteis), cuja comercialização, para dar lucros satisfatórios, requeria mercados de dimensão razoável. As exportações alemãs e norte-americanas concorriam com os produtos britânicos nos mercados mais pequenos e mais pobres — onde a qualidade, se traduzida por preços mais elevados, era uma desvantagem —³⁰ por se adaptarem às necessidades particulares desses mercados. O mercado português da segunda metade do século XIX estava certamente mais de acordo com a especialização das exportações da Alemanha e dos EUA, o que fez com que esses países viessem a ocupar de forma gradual o lugar da Grã-Bretanha no comércio do nosso país. A este respeito é interessante citar o cônsul britânico no Porto, que no seu relatório de 1871 escrevia o seguinte:

*The Portuguese market is a small one, and its requirements are to a certain extent peculiar to itself, and it is a well known characteristic of the British manufacturer that he does not care to adopt his productions to meet the demands of any market which has no prospect of developing into a extensive one. This, however, is by no means the case with French, German or Belgian manufacturers, who are ready to bestow any pains on suiting their fabrics to the state of any class of customers, however small [...]*³¹.

Como o comércio de exportação e importação de Portugal era feito predominantemente em navios estrangeiros³², a contrapartida do aumento das exportações alemãs e norte-americanas para Portugal foi o aumento das exportações portuguesas para aqueles países. Isto porque a existência de uma carga de retorno era essencial para a redução dos fretes e mesmo para a viabilização do negócio dos navios estrangeiros que aportavam a Lisboa ou ao Porto.

O desinteresse inglês em relação a Portugal era já bem patente em 1860, quando da assinatura do tratado comercial anglo-francês. Com esse tratado,

²⁹ Constâncio Roque da Costa, *Problemas da Economia Nacional*, Lisboa, 1908, p. 314.

³⁰ Ver D. C. M. Platt, *Latin America and British Trade, 1806-1914*, Londres, 1972, p. 212.

³¹ «Correspondence Respecting Commercial Negotiations with Portugal», in *BPP*, 1872, vol. LVIII, p. 609.

³² A tonelagem dos navios estrangeiros entrados em e saídos de Portugal representava em média, para o período de 1900/5, 87% do total (ver Adolfo Loureiro, «Navegação exterior», in *Notas sobre Portugal*, Lisboa, 1908, p. 748).

os vinhos franceses passaram a gozar de direitos preferenciais em relação aos vinhos portugueses e espanhóis, apesar da existência no mesmo tratado da cláusula de nação mais favorecida que fora concedida pela Grã-Bretanha aos dois países ibéricos³³. O desinteresse britânico quanto à reacção portuguesa a esta discriminação pode ser visto pela manutenção do diferencial de direitos, apesar de a sua eliminação ter vindo a ser a moeda de troca proposta por Portugal, em 1866, para conceder a Londres a cláusula de nação mais favorecida, que alargaria à Grã-Bretanha as reduções tarifárias do tratado franco-português, celebrado nesse ano. A polémica entre os mais velhos aliados da Europa persistiu até 1876, quando Portugal finalmente cedeu³⁴. A posição britânica mantivera-se inflexível, apesar das queixas de alguns dos seus exportadores quanto à concorrência francesa em Portugal. Esta atitude justifica-se plenamente pela reduzida importância do mercado português para as exportações britânicas. A concessão de igualdade de tratamento no que diz respeito aos vinhos não seria com certeza do agrado da França, o que, por razões comerciais e políticas, importava muito mais à Grã-Bretanha³⁵.

Para concluir esta lista de alguns dos aspectos das exportações portuguesas que consideramos importantes para a sua caracterização resta-nos analisar o que se passou com as exportações para as colónias de África. Como se sabe, a nova pauta colonial de 1892 estabeleceu direitos preferen-

³³ Estes direitos preferenciais foram estabelecidos pela Grã-Bretanha de uma forma muito engenhosa. Como se sabe, a cláusula de nação mais favorecida implica que uma redução de direitos seja extensiva a todos os países que beneficiem dessa cláusula. Para poder, apesar disso, discriminar os vinhos ibéricos em relação aos franceses, a Grã-Bretanha estipulou direitos de importação segundo as graduações alcoólicas dos vinhos. Como Portugal e Espanha exportavam para aquele país vinhos mais alcoólicos que a França, as pautas britânicas, na prática, obrigavam estes vinhos ao pagamento de direitos entre 1,5 e 2,5 vezes superiores.

³⁴ Em 1876, a Grã-Bretanha reduziu os direitos de importação para os vinhos entre 16° e 26° de graduação alcoólica; em 1886 fez o mesmo para os vinhos entre 26° e 30°, e todos os vinhos com uma graduação igual ou inferior a 30° passaram a pagar o direito único de 1 xelim por galão. (Sandro Sideri, *Comércio e Poder [...]*, pp. 228-30). No entanto, estas sucessivas reduções de direitos não afectaram os vinhos portugueses importados por aquele país, porque cerca de 95% desses vinhos tinham uma graduação alcoólica superior a 30°, o que fazia com que pagassem direitos de 2 xelins por galão:

Graduação alcoólica dos vinhos importados (em cascos) no Reino Unido (percentagem sobre o número de galões)

Anos	Portugal			Espanha			França		
	< 26°	26°-30°	> 30°	< 26°	26°-30°	> 30°	< 26°	26°-30°	> 30°
1876	1,6	2,7	95,7	3,2	1,6	95,7	96,3	2,9	0,8
1887	1,2	4,5	94,3	15,5	34,8	49,7	99,1	0,4	0,5
1898	0,8	5,2	94,0	16,9	58,3	24,8	99,4	0,4	0,2

Fontes: «Return Relating to Wine (Quantities and Alcoholic Strength)», in *BPP*, 1878-79, vol. LXV, pp. 636-637; «Return Relating to the Alcoholic Strength of Wines Imported into de U.K.», in *BPP*, 1888, vol. LXXXI, pp. 612-613; «Return Relating to Wines Imported», in *BPP*, 1899, vol. LXXXIX, pp. 754-755.

Note-se que a redução de direitos em 1886 terá sido feita a contento da Espanha, que entre 1876 e 1887 aumentou em mais de 2 milhões de galões as suas exportações de vinho com menos de 30° e entre 1887 e 1898 aumentou estas exportações novamente em mais de 1 milhão de galões (para 3,3 milhões).

³⁵ A França era o principal parceiro comercial da Grã-Bretanha na Europa e também o país com o qual o défice comercial britânico era mais elevado em 1860/70 (ver Paul Bairoch, *Commerce Extérieur [...]*, p. 46). Em relação às razões de ordem política, ver Barrie M. Ratcliffe, «The Origins of the Anglo-French Commercial Treaty of 1860: a reassessment», in Barrie M. Ratcliffe (ed.), *Great Britain and the World, 1750-1914. Essays in Honour of W. O. Henderson*, Manchester, 1975, pp. 144-148.

ciais para os produtos portugueses. Consequentemente, as exportações de Portugal para Angola, São Tomé e Cabo Verde aumentaram substancialmente. Apesar disso, parece-nos exagerada a afirmação de que «foi a substituição dos mercados estrangeiros por um mercado colonial que salvou o País da asfixia quase total de que estivera próximo entre 1889 e 1900»³⁶. No quadro n.º 5 podemos notar que as exportações de têxteis em obra — que constituíam o grosso das exportações para as colónias — contribuíram no máximo com 19,4% para o acréscimo total do valor das exportações portuguesas³⁷. Do mesmo modo, podemos ver no quadro n.º 7 que as exportações para África só contribuíram, no seu período áureo, com cerca de 1/3 para o acréscimo total. A diversificação ocorrida nas exportações nacionais foi, não surpreendentemente, muito mais importante para o seu crescimento global do que a exploração dos mercados coloniais. Vejam-se, por exemplo, os valores no quadro n.º 5 para a rubrica «outros» e no quadro n.º 7 para vários dos países do Norte da Europa e para os EUA. Os mercados coloniais eram, com efeito, extremamente limitados em poder de compra e a sua procura estava intimamente ligada aos rendimentos, muito instáveis, da exportação. No principal mercado para os produtos portugueses destinados a África — Angola —, a procura de importações na altura do *boom* das exportações portuguesas de tecidos, em 1892-1900, dependia em larga medida dos rendimentos da exportação de borracha selvagem. Estes rendimentos foram severamente reduzidos, primeiro com a descida dos preços nos mercados internacionais em 1900 e depois com o esgotamento gradual das reservas de borracha em Angola. Outro factor que veio a revelar-se fatal para as exportações de algodão em obra para as colónias foi o contrabando de tecidos estrangeiros, que terá, por exemplo, impossibilitado as vendas de tecidos portugueses no mercado moçambicano³⁸. É natural, portanto, que as colónias não tenham ajudado grandemente ao crescimento das exportações nacionais, apesar da protecção de que estas dispunham nos seus mercados.

Estes exemplos referentes ao comportamento das principais exportações portuguesas e dos principais mercados externos serviram para mostrar em que aspectos a evolução das exportações foi determinada predominantemente pela sua oferta ou pela sua procura. Deste modo, apenas a diversificação dos mercados de exportação a partir de 1870/80 nos aparece como uma consequência de alterações na procura, as quais, mesmo assim, terão resultado de uma característica da economia portuguesa, isto é, da reduzida dimensão do mercado interno.

IV

Para uma avaliação correcta do comportamento das exportações de um determinado país ao longo de um dado período é preciso ter em conta a evolução dos mercados mundiais. Não se pode concluir, por exemplo, do grau de sucesso ou insucesso das exportações portuguesas na segunda metade

³⁶ M. H. Pereira, *Livre-Câmbio [...]*, pp. 320-321.

³⁷ Se considerarmos na rubrica «outros» a parte que se destinava às colónias, esta percentagem subirá para 25%.

³⁸ Ver, entre outros, Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester, 1985, pp. 91-92.

do século XIX se a sua evolução não for comparada com a evolução da procura mundial de vinho, cortiça, bois, etc., nos mercados da Grã-Bretanha, do Brasil ou de outros países.

Este tipo de comparação considera apenas o lado da procura das exportações nacionais. Nada é dito sobre as razões que determinaram a especialização das exportações, isto é, não se têm em conta os condicionalismos da oferta nacional. A questão que se põe é esta: dadas a estrutura da oferta de exportações do País e a evolução da procura mundial dos mercados em que aquelas têm de concorrer, poderia o crescimento global das exportações ter sido diferente? Esta questão é colocada de uma forma muito simplificada, mas a sua resposta ajudará a responder ao problema fundamental de se saber se as possibilidades de expansão do sector exportador, inerentes à sua especialização, foram ou não plenamente aproveitadas.

A comparação da evolução das exportações portuguesas com a evolução da procura nos mercados mundiais será aqui feita através de um modelo no qual se considera que: 1) a taxa de crescimento das exportações totais portuguesas é igual à taxa de crescimento das exportações totais mundiais, num certo período; 2) as taxas de crescimento das exportações dos principais produtos que as compõem são iguais às taxas de crescimento das exportações mundiais dos mesmos produtos; 3) as taxas de crescimento das exportações dos principais produtos para os principais países de destino são iguais às taxas mundiais respectivas dos mesmos produtos para os mesmos países. Comparando a evolução hipotética das exportações dada por este modelo com a evolução verificada na realidade obtém-se uma parcela residual que traduz a variação na posição (ou quota) das exportações nos mercados mundiais. Se, por exemplo, as exportações portuguesas perderam a sua posição nos mercados mundiais, isto é, se a variação no seu valor for inferior à variação no valor da procura mundial, aquele resíduo será negativo. Pela forma como este modelo foi construído, as variações ocorridas na quota de mercado das exportações nacionais poderão ser tomadas como variações na competitividade externa das exportações (ver apêndice 3).

A principal dificuldade na elaboração deste exercício tem que ver com a inexistência de uma desagregação do comércio mundial, simultaneamente por produtos e por países de destino, durante todo o período que nos interessa. No entanto, dado que quatro países dominavam o comércio mundial, pelo menos até à primeira guerra mundial, podemos tomar as taxas de crescimento das importações nesses países como uma boa aproximação do crescimento do comércio mundial. Os países que foi possível incluir na amostra que utilizámos para o período de 1876-1912 são o Reino Unido, a França, os EUA e a Espanha. Este último, apesar de ser pouco importante em relação ao comércio mundial, foi escolhido porque era um dos nossos principais parceiros comerciais. A amostra constituída por estes quatro países tornou-se insuficiente, relativamente ao total das exportações portuguesas no período de 1900-12, mas, como pudemos dispor de estatísticas para mais três países ou áreas económicas (Alemanha, Brasil e África portuguesa) para aquele período, efectuámos também os cálculos com o conjunto dos sete países. Desta forma teremos igualmente uma ideia da influência da dimensão das amostras nos resultados finais³⁹. Os anos escolhidos para a comparação foram 1876, 1888, 1900 e 1912 (calcularam-se médias tria-

³⁹ Para o grau de cobertura da amostra e a sua dimensão, assim como para as fontes das estatísticas utilizadas, ver apêndice 3.

nuais centradas nestes anos para eliminar flutuações de curto prazo). Esta escolha foi condicionada pelas estatísticas estrangeiras existentes, mas a periodização resultante serve perfeitamente, uma vez que gira em torno dos ciclos das exportações portuguesas e dos ciclos do nível de actividade económica dos países da amostra. As taxas de crescimento das variáveis em causa e, consequentemente, os seus acréscimos serão tomados em valor (e não em quantidade) e expressos num numerário comum, que será a libra esterlina. Este procedimento é o mais correcto, porque o que nos interessa não é a evolução do volume das exportações portuguesas, mas sim a evolução das receitas do sector exportador da economia, expressas em relação ao poder de compra externo⁴⁰.

Os resultados finais dos cálculos efectuados são apresentados no quadro n.º 8. Neste quadro, a primeira linha é a soma algébrica das restantes e refere-se à variação do valor das exportações portuguesas expresso em libras. Por exemplo, entre 1876 e 1888, a variação foi sensivelmente negativa, no montante de 122,7 milhares de libras⁴¹; essa variação é explicada, segundo se pode ver no mesmo quadro, pela evolução da procura mundial (485,3 milhares de libras), pelo tipo de composição das exportações (2464,2), pelo tipo de distribuição das exportações, que contribui de forma negativa (- 452,8) e, finalmente, pela variação na quota de mercado, também negativa (- 2619,5). Conclui-se, então, que, neste período, as exportações portuguesas perderam competitividade nos mercados mundiais. Esta perda deveu-se essencialmente à má distribuição da principal exportação portuguesa: o vinho. Com efeito, o grande acréscimo na procura mundial deste produto durante o período de 1876-88 registou-se no mercado francês, mercado para onde Portugal exportava (em 1876) apenas 9% das exportações de vinho incluídas na amostra⁴². Cerca de 90% do vinho dirigia-se para o Reino Unido, mercado que se encontrava em fase de contracção relativamente aos outros mercados. Em nenhum outro período se verificou uma contribuição positiva da composição das exportações, muito menos da magnitude da verificada neste. Outros produtos de exportação com mercados favoráveis neste período foram o minério de cobre, a cortiça em bruto e as frutas e legumes, entre os mais importantes. Mas aqui também a distribuição por países nos foi desfavorável, pois estas exportações dirigiam-se,

⁴⁰ Ver F. H. Awad, «The Structure of World Export Trade, 1926-1953», in *Yorkshire Bulletin*, vol. 2, Julho de 1959; Robert E. Baldwin, «The Commodity Composition of Trade. Selected Industrial Countries, 1900-1954», in *Review of Economics and Statistics*, vol. 60 (suplemento), Fevereiro de 1958; A. K. Cairncross, «World Trade in Manufactures since 1900», in *Economia Internazionale*, vol. 8, Novembro de 1955; J. M. Fleming e S. C. Tsiang, «Changes in Competitive Strength and Export Shares of Major Industrial Countries», in *I. M. F. Staff Papers*, vol. 5, Agosto de 1957; OCDE (F. G. Adams et al.), *Une Analyse Économétrique du Commerce International*, Paris, 1969; e H. Tyszynski, «World Trade in Manufactured Commodities, 1899-1950», in *The Manchester School of Economic and Social Studies*, vol. 19, Setembro de 1951.

⁴¹ Esta variação negativa não se verificou no total das exportações, mas apenas na amostra que aqui se utilizou. As exportações totais aumentaram efectivamente 316,2 milhares de libras (para 5038,3 em 1888), o que, no entanto, não afecta o sentido de variação na competitividade, dadas as diferenças nas magnitudes.

⁴² O efeito é subestimado porque se utilizou a composição das exportações no ano inicial. No entanto, para o caso das exportações de vinho, o resultado com outra base não seria substancialmente diferente: a proporção do vinho português no mercado francês desceu efectivamente de 15% em 1876 para 6% em 1888 (percentagens calculadas com base no valor das exportações portuguesas nas estatísticas nacionais e no das importações em França nas estatísticas francesas).

na sua quase totalidade, para o Reino Unido, mercado onde a procura destes produtos crescia a uma taxa inferior à média mundial.

Decomposição da variação das exportações portuguesas (variações absolutas medidas em milhares de libras esterlinas, a preços correntes)

[QUADRO N.º 8]

	1876-88	1888-90	1900-12	
			Amostra I	Amostra II
Variação observada	- 122,7 (100%)	- 969,7 (100%)	893,4 (100%)	1980,0 (100%)
Variação atribuída ao crescimento das exportações mundiais	485,3 (396%)	561,8 (58%)	1382,5 (155%)	4471,4 (226%)
Variação atribuída à composição das exportações portuguesas	2464,2 (2008%)	- 949,9 (- 98%)	- 287,5 (- 32%)	- 1873,8 (- 95%)
Variação atribuída à distribuição das exportações portuguesas	- 452,8 (- 369%)	203,3 (21%)	- 267,5 (- 30%)	- 440,6 (- 22%)
Variação atribuída à variação na competitividade	- 2619,5 (- 2135%)	- 785,0 (- 81%)	65,9 (- 7%)	- 177,0 (- 9%)

Fontes e métodos de cálculo: ver apêndice 3.

Entre 1888 e 1900 foi à composição das exportações e também à perda de competitividade que se deveu o decréscimo das exportações⁴³. Aqui, a principal razão foi a contracção da procura mundial de vinho devida à redução das importações em França. O mercado britânico de vinho cresceu neste período mais do que a média mundial, o que atenuou o efeito negativo da composição das exportações. Por outro lado, enquanto entre 1876 e 1888 apenas 3 dos 14 produtos considerados na amostra tinham taxas de crescimento da procura mundial inferiores à média, entre 1888 e 1900 o número destes produtos passou para 9 (os principais, em relação às exportações portuguesas e por ordem de grandeza, foram: vinho, peixe fresco e salgado, frutas e legumes, minério de cobre e lã em rama). Apenas a procura de animais para abate e carne, de peles e couros em bruto, de conservas de peixe, de rolhas de cortiça e de «outros» apresentava taxas de crescimento superiores à média mundial. Mas, como, à excepção dos animais e da carne, as exportações portuguesas destes produtos eram reduzidas, o efeito da composição resultou negativo. O efeito da distribuição foi positivo devido às exportações de animais de carne, frutas e legumes, vinho e conservas de peixe para o Reino Unido, apesar da contribuição negativa das exportações de animais e carne para a Espanha e de frutas e legumes, de cortiça em bruto, de vinho e de conservas para França. As exportações de cortiça em bruto e de minério de cobre para os EUA também contribuíram positivamente. Globalmente, os países que contribuíram positivamente foram o Reino Unido e os EUA e os que contribuíram negativamente foram a Espanha e a França.

⁴³ O decréscimo em libras esterlinas das exportações portuguesas deveu-se à desvalorização do mil-réis de 4\$500/£, em 1887/89, para 6\$372/£, em 1899/1901 (a fonte para as taxas de câmbio é: M. Eugénia Mata, «A unidade monetária portuguesa face à libra, 1891-1913», Universidade Nova de Lisboa, *Working Paper* n.º 22, Lisboa, 1984, pp. 32-33).

Entre 1900 e 1912, tanto a composição das exportações como a sua distribuição tiveram efeitos negativos na variação das exportações⁴⁴. Este foi o período em que, em termos percentuais, o efeito perverso da variação da competitividade foi menor, tendo talvez sido nulo (ver quadro n.º 8)⁴⁵. Neste período, 9 dos 14 ou 13 dos 18 produtos exportados (segundo a amostra I ou II, respectivamente) apresentaram taxas de crescimento da procura inferiores à média mundial. Entre eles, os mais importantes foram o vinho, os animais e a carne, os têxteis em obra, as frutas e os legumes, o minério de cobre e as conservas de peixe. Segundo os resultados da amostra II, os mercados com contribuição negativa foram o Reino Unido, a África portuguesa e o Brasil. A Europa do Norte e os EUA contribuíram positivamente. Segundo a direcção de cada produto exportado, os resultados negativos neste período derivaram das exportações de vinho, cortiça em bruto, rolhas e «outros» para o Reino Unido, de «outros» para Espanha e de vinhos para o Brasil. Os resultados positivos derivaram das exportações de animais para Espanha e de rolhas e cortiça em bruto para a Europa do Norte.

Os resultados que aqui obtivemos foram, como já se viu, conjugação de efeitos diversos, tendo apenas como ponto comum o efeito favorável da evolução da procura mundial global. Entre 1876 e 1888 deu-se uma perda de quota de mercado (ou de competitividade), associada a uma má distribuição das exportações; entre 1888 e 1900, a quota de mercado também evolui desfavoravelmente, mas, desta vez, este efeito esteve associado a uma má composição das exportações; entre 1900 e 1912, apesar de terem sido adversos tanto o efeito da composição como o da distribuição das exportações portuguesas, não houve variação significativa na quota destas nos mercados mundiais.

Sendo assim, parece não haver qualquer relação entre a evolução da quota das exportações de Portugal nos mercados mundiais e a estrutura das mesmas exportações⁴⁶. Esta conclusão pode abrir uma nova perspectiva quanto à forma como se analisa o comportamento do sector exportador português no século XIX: com efeito, como vimos, este sector era composto por um determinado tipo de produtos com procura mundial de crescimento tendencialmente limitado. Por outro lado, Portugal nem sempre exportava para os países em que, apesar de tudo, a procura destes produtos crescia a um ritmo superior à média mundial. No entanto, se as exportações portuguesas tivessem mantido a sua posição nos mercados do Reino Unido, França, EUA, etc., o seu comportamento teria sido mais satisfatório, e isto *sem serem necessárias alterações na estrutura de exportação*. Esta possibilidade foi-se desvanecendo, no entanto, com o decorrer do século XIX, chegando-se à pri-

⁴⁴ A subida do valor das exportações em libras deveu-se parcialmente à apreciação da moeda portuguesa de 6\$372/£ para 5\$033/£ no mesmo período.

⁴⁵ A amostra I implica uma queda de competitividade (- 8,9% da variação global) e a amostra II implica um aumento (+ 7,4%). O resultado final deverá situar-se entre aqueles dois, porque a primeira amostra subestima o crescimento do comércio mundial, enquanto a segunda o sobrestima (ver apêndice 3).

⁴⁶ Tyszynski chegou a uma conclusão semelhante quanto aos resultados alcançados por 11 países exportadores de manufacturas (que representavam entre 80% e 85% do comércio mundial de produtos manufacturados) entre 1899 e 1937. O Japão, por exemplo, aumentou a sua quota de exportações no mercado mundial, apesar de, em 1937, 68,0% das suas exportações serem ainda compostas por produtos com uma procura mundial decrescente (efeito composição negativo). Por outro lado, a França perdeu quota, se bem que, em 1937, apenas 35,8% das suas exportações pertencessem ao grupo de procura mundial decrescente (contra 62,8% em 1899) (ver. H. Tyszynski, «World Trade [...]», in *op. cit.*, pp. 292-293).

meira década do século xx numa situação em que já não se podiam obter melhores resultados com a estrutura exportadora existente — isto porque a variação na quota foi quase nula (ver quadro n.º 8)⁴⁷.

V

Este artigo teve como objectivo principal mostrar que o relativo insucesso do sector exportador português, no período de 1850-1913, se deveu principalmente a causas directamente relacionadas com a economia nacional, e não a factores de ordem externa.

Como já vimos, a tese da «dependência externa», muito comum na nossa historiografia, defende que Portugal se viu obrigado a um certo tipo de especialização produtiva que foi prejudicial ao crescimento tanto da sua economia como do seu sector exportador. Não nos ocupámos aqui em rebater a ideia de que a especialização da economia portuguesa foi imposta pela Grã-Bretanha ou por qualquer outra potência mundial, pois esta questão não é fundamental para as principais conclusões a que chegámos. No entanto, parece-nos à partida que, desde o momento em que Portugal competisse nos mercados externos, a sua especialização teria de ser a que se verificou, dadas as características da sua economia. Também não analisámos em detalhe os efeitos dessa mesma especialização na economia portuguesa, muito embora pensemos poder afirmar que o aspecto negativo desses efeitos tenha vindo a ser exagerado pelos autores «dependentistas». Efectivamente, talvez não seja de excluir a hipótese de a especialização na produção (e na exportação) de produtos agrícolas, sobretudo se estes tiverem algum grau de transformação, poder ter sido a melhor forma de tirar partido quer da dotação de recursos, naturais e humanos, quer da evolução dos mercados externos.

No que se refere propriamente ao sector exportador da economia portuguesa, somos de opinião de que a tese da «dependência» tem de ser revista. Se as exportações portuguesas não cresceram mais rapidamente, principalmente a partir de meados da década de 1880, não foi em consequência de qualquer retracção na procura mundial dos produtos em que se especializaram. É verdade que essa procura evoluiu de uma forma menos favorável do que o comércio mundial total, ou seja, é verdade que Portugal teria podido tirar maiores benefícios se a especialização do seu sector exportador tivesse sido de outro tipo; mas, apesar de tudo, a oferta portuguesa ainda cresceu mais lentamente que a sua procura. Daí a perda de mercados e de competitividade verificada nas partes III e IV deste trabalho. Esta perda de mercados deveu-se essencialmente à incapacidade de se desenvolverem em Portugal novos ramos de exportação no âmbito do mesmo tipo de especia-

⁴⁷ Se admitirmos que a quota de mercado não variou entre 1876 e 1912 (ou seja, que o residual no quadro n.º 8 seria igual a zero), a variação no valor das exportações teria sido a seguinte (£000):

1876-88	2496,7
1888-1900	— 184,8
1900-12 (I)	827,5
1900-12 (II)	2157,0

(Cf. com a primeira linha do quadro n.º 8.)

lização internacional. Os casos mais importantes referem-se aos sectores de transformação de produtos agrícolas, muitas vezes de venda mais fácil nos mercados mundiais do que os produtos exportados em bruto (recorde-se o caso da carne de bovino); e também à possibilidade de melhorias na qualidade de alguns dos produtos de exportação (como azeite, algumas frutas e o vinho), com vista a manter os mercados externos, que se tornavam cada vez mais exigentes. O fraco poder de negociação dos governos e, por tabela, dos exportadores portugueses, mesmo nos ramos em que estes detinham uma parte importante do comércio mundial (como nas cortiças), foi outra razão da perda de alguns dos mercados externos.

Coloca-se então a questão de se saber porque é que não se verificaram as modificações na economia nacional que alterassem o triste quadro que atrás se resumiu. Das causas possíveis apontadas por Jaime Reis⁴⁸ — a dotação de recursos naturais, a dimensão da economia e a sua localização geográfica, a configuração do mercado internacional e ainda o *stock* de capital humano —, na óptica do sector exportador, escolheríamos como principal a segunda, isto é, a reduzida dimensão do mercado interno⁴⁹. Parece-nos, com efeito, que o não desenvolvimento de ramos de exportação tendentes a satisfazer as alterações qualitativas que se deram na procura mundial de produtos alimentares, ao longo de toda a segunda metade do século passado, se deveu à inexistência em Portugal de procura significativa para os mesmos produtos. Se excluirmos os casos dos países que apenas exportavam dois ou três produtos primários em bruto e que pouco beneficiaram com esse negócio, em todos os exemplos de exportação com sucesso, quer de produtos primários (elaborados ou não), quer de produtos industriais propriamente ditos, se verificou que os mercados internos começaram sempre por desempenhar um papel pelo menos tão importante como os mercados externos. Foi assim com o trigo norte-americano, com a carne argentina, com a lã australiana, com a manteiga dinamarquesa, com as madeiras suecas ou, não esquecendo o caso mais referido na história económica dos séculos XVIII e XIX, com os tecidos ingleses, entre muitos outros exemplos⁵⁰.

O mercado português para produtos alimentares transformados ou de qualidade (note-se que a qualidade não é mais do que um processo de transformação), no período que aqui nos preocupou, era efectivamente reduzido, apesar de grande parte das despesas de consumo interno se destinarem à alimentação. Isto acontecia porque os rendimentos da população portuguesa eram muito baixos e, portanto, o consumo de artigos como a carne congelada ou fresca, as conservas de fruta ou de peixe, o azeite de qualidade ou o vinho de qualidade deveria ser igualmente baixo, porque não eram produtos de primeira necessidade. Daí que não se tenha constituído uma base para o desenvolvimento das exportações desses produtos. Como vimos em

⁴⁸ Jaime Reis, «O atraso económico [...]», in *op. cit.*, pp. 14 e 26.

⁴⁹ Ver C. P. Kindleberger, *Foreign Trade and the National Economy*, Yale, 1975, p. 58, e S. B. Saul, «The Economic Development of Small Nations: the Experience of North West Europe in the Nineteenth Century», in C. P. Kindleberger e Guido di Tella (eds.), *Economics in the Long View*, vol. 2, parte 1, Nova Iorque, 1982, pp. 124-128.

⁵⁰ Ver Noel Butlin, «Contours of the Australian Economy, 1788-1860», The Australian National University, *Working Papers in Economic History*, n.º 21, Abril de 1984, Cambera, pp. 29 e 33; François Crouzet, «Toward an Export Economy: British Exports during the Industrial Revolution», in *Explorations in Economic History*, vol. 17, 1980, pp. 77 e segs.; Lenart Jorberg, «The Industrial Revolution [...]», in *op. cit.*, pp. 396 e 470; R. E. Lipsey, *Price and Quantity Trends [...]*, p. 52; e D. C. M. Platt, *Latin America [...]*, p. 262.

relação ao comércio com as Ilhas Britânicas, a exiguidade do mercado interno também terá determinado o gradual afastamento de Portugal dos principais circuitos do comércio mundial, o que foi outro factor que limitou o crescimento das exportações portuguesas.

O que nos interessa salientar como conclusão é que, para nós, a explicação do relativo insucesso do sector exportador português ao longo de todo o período que decorreu entre 1850 e 1913, e principalmente a partir de meados da década de 1880, se deveu *essencialmente* a factores relacionados com as características e o comportamento da economia portuguesa, e não da economia mundial.

Apêndice 1

DADOS PARA AS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS

A — FONTES:

1842-1861 — *Mapas Gerais do Comércio de Portugal com as Suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras*, Direcção-Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas, Lisboa.

1865-1879 — *Estatística do Comércio de Portugal com as Suas Possessões Ultramarinas e Nações Estrangeiras*, Direcção-Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas, Lisboa.

1880-1896 — *Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Países Estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar*, Conselho Superior das Alfândegas, Lisboa.

1897-1914 — *Comércio e Navegação, Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais*, Lisboa.

Para completar as estatísticas de 1842 a 1861 utilizaram-se também as seguintes fontes:

Mapas Estatísticos e do Rendimento, Alfândega Grande de Lisboa, vários anos, Lisboa.

Mapas Estatísticos e do Rendimento, Alfândega do Porto, vários anos, Porto.

B — APERFEIÇOAMENTO DA SÉRIE DE DADOS PARA A EXPORTAÇÃO

Até 1880, o valor total das exportações portuguesas computado nas estatísticas oficiais inclui as exportações de ouro e prata, em barra e em moeda. Como não considerámos estas exportações durante todo o período em estudo (uma vez que elas não fazem parte da balança comercial), foi necessário excluir o seu montante dos valores totais oficiais até 1880.

Outra distorção que se verifica nas estatísticas oficiais até 1880 é a inclusão das reexportações de mercadorias vindas das possessões portuguesas de África. Foi necessário excluir estas mercadorias, o que foi possível apenas para aquelas inequivocamente de origem colonial: algodão em rama; borra-cha em bruto; cacau; café; marfim em bruto e em obra; goma copal; óleos e sementes oleosas diversas; e urzela (ver volume das *Estatísticas de Comércio Externo* de 1880, p. xiv). Também foi necessário excluir o carvão de

pedra exportado «para gastos das embarcações», dado que a sua origem não era nacional. O valor das mercadorias excluídas, em percentagem do valor das exportações totais, variou entre 0,3% e 8,4% (média: 4,8%; desvio-padrão: 2,5%).

As lacunas nas séries das exportações entre os anos de 1842 e 1865, para as quais só se publicaram 8 volumes de comércio externo (referentes aos anos de 1842, 1843, 1848, 1851, 1855, 1856, 1861 e 1865), foram reduzidas tanto quanto possível. Para tal utilizaram-se as estatísticas existentes relativas à Alfândega Grande de Lisboa e à Alfândega do Porto, admitindo que o peso das exportações destas Alfândegas no valor das exportações totais de Portugal se manteve igual à média dos anos mais próximos (o conjunto destas duas Alfândegas representava entre 75% e 80% do total das exportações durante este período).

A série final do valor das exportações portuguesas é apresentada em quadro neste apêndice, sob a forma de índice (IVE).

C — CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS PREÇOS E DAS RAZÕES DE TROCA

O índice dos preços das exportações portuguesas foi calculado com base no valor unitário e segundo a fórmula «ideal» de Fischer, que é a média geométrica dos índices de Laspeyres e de Paasche:

$$IPE_n = \sqrt{IL_n \times IP_n}$$

$$IPE_n = \sqrt{\frac{\sum p_0 q_n}{\sum p_0 q_0} \times \frac{\sum p_n q_n}{\sum p_n q_0}}$$

em que p_0 e p_n são os valores unitários das exportações nos anos-base e n , q_0 e q_n são as quantidades exportadas nos mesmos anos. O ano-base escolhido foi 1900, ano considerado normal. A cobertura média do índice é de 83,3% (desvio-padrão de 5,7%). A lista das mercadorias incluídas é a seguinte: gado bovino; despojos e produtos de animais; peles e couros em bruto; cera em bruto; peixe fresco e com sal; conservas de peixe; lã em rama; lã em obra; seda em casulos; seda em obra; algodão em obra; linho em obra; cortiça em bruto; trigo em grão; outros cereais em grão; farinha de trigo; legumes; batatas; doces secos e em calda; laranjas; amêndoas; figos; cebolas; azeite; ferro em obra (pregadura e obra diversa); minério de antimónio; minério de cobre; minério de manganésio; minério de ferro; vinho do Porto; vinho da Madeira; vinho comum; louça de barro; livros; sal marinho; chapéus; calçado; cordame; e máquinas industriais.

Para o cálculo do índice das razões de troca (IRT = IPE/IPI) foi necessário elaborar um índice de valor unitário para as importações, feito nos mesmos moldes que o das exportações. A cobertura média deste índice é de 74,9% (desvio-padrão de 5,5%). Incluíram-se as seguintes mercadorias: gado bovino; peles e couros em bruto; manteiga; bacalhau; lã em rama; lã em obra; seda em rama; seda em obra; tecidos mistos; algodão em rama; algodão em fio; algodão em obra; cânhamo em rama; linho em rama; arroz com casca; milho em grão; trigo em grão; farinha de trigo; fava; açúcar; café descascado; chá; tabaco em folhas; ferro forjado; folha-de-flandres; aço em barra; cobre laminado; carvão de pedra; petróleo; enxofre; produ-

tos corantes; chapéus; calçado; máquinas e aparelhos industriais; máquinas e instrumentos agronómicos.

Com o índice dos preços das exportações deflacionámos a série de valor para obtermos a série de volume das exportações portuguesas. No quadro que segue apresentam-se os resultados dos índices dos preços das exportações (IPE) e das razões de troca portuguesas (IRT), assim como o índice do valor e do volume das exportações (IVE e IQE).

Exportações: índices do valor (IVE), do volume (IQE) e dos preços (IPE); índice das razões de troca (IRT) (1900 = 100)

Anos	IVE	IQE	IPE	IRT
1842	19,4	19,5	99,5	160,5
1843	20,6	26,0	79,1	106,4
1848	24,5	31,2	78,4	114,6
1849	25,4	—	—	—
1850	27,2	—	—	—
1851	25,8	28,8	89,8	116,0
1852	22,2	—	—	—
1853	39,8	—	—	—
1854	41,5	—	—	—
1855	39,1	30,9	126,6	156,6
1856	47,2	34,8	135,7	147,4
1857	44,6	—	—	—
1858	38,7	—	—	—
1859	44,0	—	—	—
1860	47,6	—	—	—
1861	42,8	31,3	136,7	143,3
1865	49,4	38,0	130,1	117,0
1866	52,8	38,2	138,0	124,1
1867	48,1	36,7	131,0	118,2
1868	48,7	36,8	132,3	119,4
1869	51,6	42,6	121,2	116,8
1870	62,7	50,1	125,2	121,2
1871	64,3	48,1	133,9	132,5
1872	68,5	52,4	130,8	128,5
1873	70,8	53,5	132,4	133,8
1874	68,0	58,4	116,5	122,8
1875	72,7	56,3	129,2	135,9
1876	63,3	54,5	116,2	126,4
1877	70,1	54,3	129,0	142,9
1878	56,2	44,9	125,0	148,9
1879	54,8	45,5	120,3	140,8
1880	75,3	62,7	120,0	138,8
1881	66,7	55,8	119,7	141,9
1882	72,9	63,6	114,7	136,3
1883	73,7	63,7	115,7	151,3
1884	69,7	62,1	112,3	149,1
1885	73,2	66,9	109,4	153,8
1886	84,4	84,7	99,7	142,1
1887	68,7	67,5	101,7	148,9
1888	75,8	78,5	96,6	137,9
1889	75,5	73,7	102,5	144,0
1890	69,6	63,6	109,5	150,3
1891	69,1	62,0	111,4	149,8
1892	79,6	71,7	111,0	150,6
1893	75,7	64,3	117,6	149,5
1894	77,3	64,2	120,6	158,1
1895	87,2	73,2	119,2	157,9

(Continuação do quadro anterior)

Anos	IVE	IQE	IPE	IRT
1896	84,5	79,9	105,8	142,8
1897	88,3	89,3	98,9	127,9
1898	100,6	102,7	98,0	107,0
1899	93,1	92,6	100,6	112,9
1900(a)	100,0	100,0	100,	100,0
1901	91,4	94,0	97,2	98,4
1902	91,9	93,5	98,4	103,7
1903	98,9	102,6	96,4	104,0
1904	99,3	103,3	96,1	102,6
1905	93,7	98,9	94,7	109,4
1906	98,9	104,7	94,5	109,4
1907	98,3	103,7	94,8	106,1
1908	91,7	99,2	92,5	97,5
1909	99,8	107,5	92,9	99,2
1910	115,5	123,8	93,3	98,5
1911	110,1	120,3	91,5	97,5
1912	110,9	121,4	91,4	97,5
1913	114,0	122,3	93,3	94,7
1914	87,8	97,0	90,5	92,2

(a) O valor das exportações neste ano é de 30 931,0 contos.

Nota — Devido às correcções, explicadas neste apêndice, a nossa série para o valor das exportações (IVE) difere até 1880 da publicada por M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio...*, p. 252.

Fontes: *Estatística do Comércio Externo*.

Apêndice 2

UM FACTOR DE CORRECÇÃO PARA AS ESTATÍSTICAS DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS

Para se corrigirem os valores das estatísticas portuguesas de exportação seria necessário compará-los com os valores correspondentes das estatísticas dos principais parceiros comerciais de Portugal. Para tal teríamos de dispor não só das estatísticas desses países, como de índices dos custos dos fretes de transporte das mercadorias exportadas, uma vez que a avaliação das exportações é feita nos portos de saída sem incluir esses custos (Fob), enquanto as importações são geralmente avaliadas à chegada, com os custos de transporte incluídos (Cif).

Dispondo apenas das estatísticas do Reino Unido (*Annual Statement [...]*) e não dispondo de séries de custos de transporte, a correcção das estatísticas portuguesas que aqui se vai fazer é apenas uma aproximação sujeita a futuras confirmações.

A aplicação do factor de correcção ao total das exportações portuguesas tem um factor de distorção que é o facto de a proporção das exportações portuguesas destinadas ao Reino Unido ter decrescido de 50% a 60% nas décadas de 1840 a 1870 para pouco mais de 25% entre 1890 e 1910.

Para deduzir o valor dos custos de transporte das importações no Reino Unido aplicou-se uma taxa, inspirada em Bairoch, que evolui assim:

1855-61	14,0%
1865-76	13,0%
1877-80	12,0%
1881-85	11,8%
1886-90	11,2%
1891-95	10,6%
1896-1900	10,0%
1901-14	8,2%

(Conf. com Paul Bairoch, *Commerce Extérieure* [...], p. 206.)

Os valores médios dos quocientes entre o valor das exportações portuguesas dado pelas estatísticas do Reino Unido (convertido em moeda portuguesa pela taxa de câmbio corrente e deduzidos os custos de transporte) e o valor das mesmas exportações dado pelas estatísticas portuguesas — isto é, os valores médios dos factores de correcção — são os seguintes:

Período	Média	Desvio-padrão
1855/56	1,15	(0,02)
1861	1,04	—
1865-73	1,03	0,07
1874-82	1,14	0,13
1885-91	1,50	0,09
1892-1903	1,71	0,16
1904-8	1,27	0,13
1909-14	1,74	0,14
1855-1914	1,38	0,29

Nota — A periodização foi escolhida em função do menor valor para o desvio-padrão.

Estes quocientes são sempre superiores à unidade, o que significa que as estatísticas portuguesas subavaliavam as exportações. Podemos observar também que a subavaliação é crescente ao longo do período de 1855-1914.

Se admitirmos que são válidos os resultados a que chegámos para os factores de correcção, teremos de concluir que não podemos menosprezar o erro na avaliação das exportações nacionais.

Resta agora saber se, nas estatísticas oficiais, o registo dos volumes e da estrutura das exportações tem erros da grandeza dos da avaliação. Para tal comparámos as estatísticas dos dois países relativas a uma amostra de 6 produtos (vinho, cortiça, lá em rama, gado bovino, peixe e peles) que representava, em média dos anos em que o erro de avaliação foi máximo, 61% das exportações portuguesas para o Reino Unido. Com esta comparação pudemos verificar que tanto a distribuição percentual como o registo dos volumes, dados pelas duas fontes, coincidem de forma satisfatória. Os factores de correcção para o volume nos anos indicados são os seguintes:

Ano	1	2
1855	1,25	1,21
1869	0,88	0,88
1878	0,91	0,95
1887	0,98	1,02
1898	1,06	1,09
1910	0,85	0,88

Colunas 1 e 2: utilizando, respectivamente, as proporções das estatísticas portuguesas e das estatísticas inglesas.

ANÁLISE DO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES COM QUOTAS DE MERCADO CONSTANTES

A — MODELO

O modelo da parte IV consiste, em termos algébricos, na decomposição da variação das exportações nacionais, num determinado período ($V' - V$), em quatro parcelas:

$$\begin{aligned}
 V' - V &\equiv \sum_i \sum_j V'_{ij} - \sum_i \sum_j V_{ij} \equiv \\
 &\equiv rV + \sum_i (r_i - r) V_i + \sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij} + \sum_i \sum_j (V'_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij}) \\
 &\quad (1) \qquad (2) \qquad (3) \qquad (4)
 \end{aligned}$$

A primeira parcela representa o acréscimo das exportações totais (V) na hipótese de a sua taxa de crescimento no período ter sido igual à taxa de crescimento das exportações mundiais (r): se este acréscimo (rV) for inferior ao observado ($V' - V$), o país perdeu posição (ou quota) nos mercados mundiais. A segunda parcela refere-se à contribuição do crescimento da oferta mundial dos produtos concorrentes aos que compõem as exportações nacionais (estes últimos são representados pela variável V_i): se a diferença entre a taxa de crescimento das exportações mundiais de frutas (r_{frutas}), por exemplo, e a taxa de crescimento das exportações totais do mundo (r) for positiva, a procura de frutas no mercado mundial pode ser considerada como favorável; se as exportações do país em questão forem compostas por uma parte significativa de produtos nestas condições, pode concluir-se que a sua composição é favorável. A terceira parcela tem uma interpretação semelhante à da segunda, embora se trate da comparação entre a evolução das exportações mundiais desagregadas por produtos e por países de destino (evolução dada pelas taxas r_{ij}) e a evolução das exportações mundiais desagregadas apenas por produtos (dada pelas taxas r_i): se as exportações mundiais de vinho para a França, por exemplo, crescerem a uma taxa superior às exportações mundiais do mesmo produto para todos os destinos (isto é, se $r_{\text{vinho, França}}$ for maior que r_{vinho}), a contribuição do comércio com a França é positiva; mais uma vez, se houver uma forte concentração de exportações nacionais para esse país ou para países nas mesmas condições, conclui-se que a distribuição geográfica das exportações é favorável. A última parcela (residual) é a diferença entre o acréscimo global esperado das exportações nacionais, em função da evolução da procura dos mercados mundiais, e o acréscimo realmente verificado. Se o residuo for positivo, isto é, se a evolução verificada for superior à dada pela hipótese de quotas de mercado constantes (implícita no modelo), a competitividade das exportações do país subiu.

As variações atribuídas à composição e à distribuição das exportações são ligeiramente diferentes se considerarmos primeiro o efeito distribuição e só depois o efeito composição (ao contrário do que se faz no texto). Efec-

tivamente, atendendo à seguinte equivalência (em que r_j é a taxa de crescimento das exportações mundiais para cada país),

$$\sum_i (r_i - r) V_i + \sum_{i,j} (r_{ij} - r_i) V_{ij} = \sum_j (r_j - r) V_j + \sum_{i,j} (r_{ij} - r_j) V_{ij}$$

(1) (2) (3) (4)

podemos ver que os efeitos composição e distribuição a que se refere a primeira expressão [parcelas (1) e (2), respectivamente] são diferentes dos respectivos efeitos da segunda expressão [parcelas (4) para o primeiro efeito e (3) para o segundo].

A aplicação da segunda expressão não altera os resultados de forma significativa, a não ser para o efeito da distribuição das exportações no período de 1888-1900:

Período	Efeito composição	Efeito distribuição
1876-88	2 274,1	— 262,7
1888-1900	— 729,7	— 16,8
1900-12 (AI)	— 475,7	— 97,3
1900-12 (AII)	—1 707,7	— 606,7

Nota — Cf. com o quadro n.º 8).

Para um desenvolvimento mais detalhado deste modelo e dos problemas que lhe são subjacentes ver E. E. Leamer e R. M. Stern, *Quantitative International Economics*, Chicago, 1977, cap. 7.

B — FONTES

As fontes utilizadas foram as seguintes:

Portugal: *Estatísticas do Comércio Externo*.

Reino Unido: *Statistical Abstract for the United Kingdom, for each of the last 15 years*, Londres, vários anos.

França: *Annales du Commerce Extérieur*, Paris, vários anos; *Annuaire Statistique de la France. Résumé Retrospectif*, Paris, 1966.

EUA: *U.S. Statistical Abstract*, vários anos, Nova Iorque, 1964; *Statistical Abstract for the U.S.*, Washington, vários anos.

Espanha: L. Prados de la Escosura, *Comercio Exterior [...]*, pp. 53 e 99-100.

Europa do Norte (Alemanha, Bélgica e Holanda): *The Statesman's Yearbook* (vols. de 1905 e 1913), Londres, 1905 e 1913.

Brasil: *Movimento do Comércio Exterior do Brasil*, Rio de Janeiro, 1902; *Boletim do Serviço de Estatística Comercial da República dos E. U. do Brasil* (anos de 1903 a 1909), Rio de Janeiro, vários anos.

Possessões portuguesas de África: Angola: *Estatística Comercial de Angola* (anos de 1889 a 1915), Lisboa, vários anos; Moçambique: *Estatística do Comércio e Navegação* (anos de 1905 a 1914), Lourenço Marques, vários anos.

O grau de cobertura das amostras, em função do comércio mundial, pode ser aproximado pela proporção que neste comércio ocupavam os principais países (note-se que os outros países, não incluídos no quadro, ocupavam uma posição pouco relevante):

Países	1860/70	1880/89	1901/05	1906/10	1911/13
Grã-Bretanha	25,1%	22,4%	16,4%	12,2%	14,1%
França	10,8%	10,2%	7,6%	7,6%	7,5%
Alemanha	9,2%	10,3%	11,6%	12,1%	12,2%
EUA	8,3%	9,8%	10,5%	10,3%	10,1%
Outros	46,6%	47,3%	53,9%	57,8%	56,1%

Fonte: Simon Kuznets, *Modern Economic Growth Rate*, Yale, 1966 (citado em Mário Murteira, «Estruturas e tendências do crescimento económico mundial», in *Análise Social*, Lisboa, n.º 53, p. 23).

Em função do total das exportações portuguesas, a cobertura das amostras é a seguinte:

	1875/77	1887/89	1899/1901	1911/13
Amostra I	68,3%	61,5%	37,6%	44,0%
Amostra II	—	—	84,4%	91,1%

Fontes: *Estatística do Comércio Externo*.

A amostra I inclui o Reino Unido, a França, a Espanha e os EUA. A amostra II inclui os mesmos países e ainda a Europa do Norte, o Brasil e as possessões portuguesas de África (ver texto). A amostra I inclui os seguintes produtos: animais para abate e carne; lã em rama; peles e couros em bruto; madeira em bruto e em obra; cortiça em bruto; minério de cobre; frutas e legumes; azeite; peixe fresco e salgado; vinhos; conservas de peixe; rolhas de cortiça; e têxteis (de algodão e lã) em obra. Na amostra II foi possível incluir também os seguintes produtos: farinha de trigo; papel em bruto (pasta) e em obra; calçado; e tabaco manipulado.

A hipótese de que a evolução desagregada das exportações mundiais pode ser aproximada pela evolução das importações dos principais países que entram nesse comércio é fundamental para a credibilidade dos resultados apresentados no quadro n.º 8. A comparação das taxas de crescimento do comércio mundial total calculadas por diversos autores (e com resultados nem sempre concordantes) com as taxas de crescimento do mesmo comércio calculadas por nós é a única forma ao nosso alcance para verificar o nível de aproximação da hipótese acima referida (ver quadro seguinte).

Estender esta comparação ao crescimento desagregado do comércio mundial pode não ser totalmente correcto. No entanto, talvez não seja abusivo inferir que a amostra I é significativa até 1900 e que entre 1900 e 1912 os resultados da aplicação do modelo se situaram entre os resultados dados pela amostra I (que subestima o crescimento do comércio mundial) e os dados pela amostra II (que sobrestima esse crescimento).

Taxas de crescimento do comércio mundial (médias anuais, preços correntes)

I			II		III		IV		TEXTO		
Período	Exportações mundiais	Importações mundiais	Período	Exportações mundiais	Período	Comércio mundial	Período	Exportações europeias	Período	Amostra I	Amostra II
1876/80	1,9%	1,7%	—	—	—	—	1870-80	1,7%	1870-80	1,2%	—
— 1896/1900			1887/89 — 1899/1901	2,6%			1880-90	1,3%	1880-90		
							1890-1900	1,7	1887/89 — 1890/1901	1,4%	—
1896/1900 — 1911/13	5,5%	5,2%	1899 — 1913	5,3%	1899/1901 — 1911/13	5,3%	1900-13	5,2%	1899/1901 — 1911/13	4,3%	6,1%

Fontes: I, League of Nations (F. Hilgerdt), *Industrialization and Foreign Trade*, Genebra, 1945 (citado por P. Lamartine Yates, *Forty Years of Foreign Trade*, Nova Iorque, 1959, p. 28). II, Alfred Maizels, *Industrial Growth and World Trade*, Cambridge, 1963, p. 429. III, W. Arthur Lewis, «World Production [...]», pp. 106-107. IV, Paul Bairoch, *Commerce Extérieure [...]*, p. 65.